



X

1910000206



Nilce Aparecida Lodi

O ENSINO MÉDIO EM RIO PRETO (SP).

1920 - 1949

Contribuição à História das Instituições
do Ensino no Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Calvillero y Garcia

Tese apresentada à Faculdade
de Filosofia, Ciências e Letras
de São José do Rio Preto,
para obtenção do grau de
Doutor em Filosofia.

Nilce Aparecida Lodi

São José do Rio Preto, 1967.



BIBLIOTECA
Fac. de Filosofia, Ciências e Letras
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

206/84

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	I-IX
I. A importância dos estudos históricos das instituições de ensino.	1
II. Levantamento descritivo das instituições de ensino.	12
III. O Ensino de grau médio no Brasil: reformas do Governo Federal. (1920-1949)	27
1. O Ensino Ginásial.....	29
2. O Ensino Comercial.	52
IV. Rio Preto: visão do Município em desenvolvimento	67
1. Caracterização geográfica.....	68
2. Caracterização geomorfológica.....	70
3. Caracterização histórica.....	72
4. Genealogia Municipal.....	74
5. Caracterização demográfica.....	82
6. Meios de transporte.....	91
7. Caracterização de alguns setores econômicos	95
8. Contribuição municipal à manutenção e desenvolvimento do ensino.....	101
V. O Ensino de grau médio em Rio Preto(1920-1949)	110
1. Colégio "Santo André".....	128
2. Colégio "Lyceu São José".....	162
3. Ginásio "São Luís".....	171
4. Ginásio Diocesano de Rio Preto.....	178

5. Ginásio do Estado de Rio Prêto.....	205
6. Ginásio Riopretano	229
7. Escola de Comércio "30 de outubro".....	236
8. Escola SENAC "Paiva Meira".....	257
VI. O significado do desenvolvimento do ensino de nível médio em Rio Prêto.....	268
1. Exigências educacionais do desenvolvimento.	271
2. Razões que fundamentam pedidos de criação, ampliação e oficialização das instituições	282
3. Iniciativas diversas no setor do ensino mé- dio: tipos de instituições.....	290
4. Fases evolutivas da história das institui- ções de ensino médio em Rio Prêto.....	295
VII. Conclusão.....	305
Bibliografia.....	319
Documentos para o estudo das instituições de ensino	
I. Anexos.....	329
II. Índice básico da Legislação de Ensino Municí- pal de Rio Prêto (1920-1949).....	352
III. Índice básico da Legislação Estadual sobre R. Prêto (1890-1949).....	370
IV. Índice Biográfico.....	377

Introdução

Hoje, como sempre, é difícil responder que os pro-
blemas básicos que afligem a nossa - cultura - ordem
ética-política, material e social - encontram solução
na cultura.

INTRODUÇÃO

Hoje, como sempre, é difícil responder que os pro-
blemas básicos que afligem a nossa - cultura - ordem
ética-política, material e social - encontram solução
na cultura.

A tese com que nos apresentamos ao concurso de
Bolsamentamento na Cadeira de História e Filosofia da Edu-
cação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - de
São José do Rio Preto - pretende ser uma contribuição à
compreensão dos problemas que aqui levantamos.
Pretendemos analisar a origem e o desenvolvimento das
instituições de ensino médio existentes na cidade por-
to de São José do Rio Preto, durante o período entre 1920 e 1949.
Ese pretendemos, também, dar nossa contribuição à cultura.

Introdução.

Hoje, como outrora, é lícito esperar que os problemas básicos que afligem o homem -- problemas de ordem ético-política, material e social -- encontrem soluções/na cultura.

Hoje, como nas décadas de vinte, trinta e ~~qua-~~renta, o problema do ensino de nível médio é uma das questões fundamentais para o desenvolvimento cultural / de uma cidade e para sua integração numa sociedade cada vez mais complexa.

A tese com que nos apresentamos ao concurso de Doutorado na Cadeira de História e Filosofia da Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto pretende ser uma contribuição para o equacionamento dos problemas que aqui levantaremos. Pretendemos analisar a origem e o desenvolvimento das instituições de ensino médio existentes na cidade paulista de Rio Preto, durante o período entre 1920 e 1949. / Não pretendemos, senão, dar nossa contribuição à compre-

ensão da organização dos sistemas educacionais neste Município e mostrar como esta organização está relacionada com a situação sócio-cultural geral do País.

E', pois, um trabalho de História das Instituições de Ensino Médio Riopretense. Enquanto historiadores de instituições, não nos compete propriamente julgar do seu acerto ou erro, mas compreendê-las e explicá-las. O trabalho histórico, no nosso ver, exige a objetividade do historiador. Não esqueçamos, porém, que o mundo humano que temos, é um produto histórico vivo. O historiador não perde sua condição de homem preocupado com problemas de seu próprio tempo. É assim que o trabalho histórico tem também a sua atualidade, não apenas a atualidade genérica de tudo que é humano, mas especialmente porque as soluções que se oferecem hoje estão diretamente filiadas às respostas dadas a ele no passado e aqui relatadas.

Os homens, que no período de 1920 a 1949 realizaram o ensino médio em Rio Preto, ensinaram aos moradores da cidade e região a acreditar que a educação é a primeira entre todas as forças inovadoras da sociedade. Insistiram no papel criador da educação, não ^{se} esqueceram, porém, do seu papel "conservador", mas colocaram-no em segundo plano.

Há, sem dúvida, nas décadas de 1950 e 1960 dados novos, mas as grandes linhas ideológicas podem ser/reencontradas outrora e só assim compreenderemos o seu exato significado. Os riopretenses de hoje herdaram deles a confiança na educação. Educação que renove e que transforme, que seja capaz de resolver os problemas humanos essenciais pelo e com amor, que estimule a cons-

trução de uma sociedade mais harmoniosa.

De maneira específica, buscaremos respostas às seguintes questões: Por que foram criadas as instituições de ensino médio --acadêmico e comercial-- em Rio Preto? / Por que a iniciativa particular precedeu à oficial? Por q^Ue as instituições de ensino diversificaram suas atividades? Por que e como os diversos cursos foram ampliados e os institutos oficializados? Procuramos ainda saber porque algumas instituições de ensino tiveram tão / curta duração. Interessamo-nos pela natureza do movimento educacional e pelas transformações que se fizeram / nas instituições escolares mantidas por entidades particulares, durante o período de acentuado desenvolvimento do Oeste Paulista. De maneira secundária, procuramos a influência do pensamento ocidental nos quadros organizatórios e metodológicos do ensino das instituições locais.

Em princípio foram três as diretrizes nossas / que nortearam nossos trabalhos: a) A busca de dados esteve vinculada à importância que as instituições de ensino médio apresentam na evolução da comunidade municipal, em estudo. b) A pesquisa foi orientada no sentido / de descobrir os diversos fatores que atuaram na origem / e evolução das instituições locais de ensino, e no sentido de encontrar os motivos, interesses e valores nacionais e regionais que influíram na fundação das mesmas. c) O sentido da pesquisa esteve aberto a todas as vinculações políticas, ideológicas, econômicas e sociais possíveis que só os dados^{nos} poderiam fornecer.

Digamos uma palavra acerca do problema bibliográfico. A localização e coordenação do material bibliográfico necessário à compreensão das instituições foi o / ponto inicial da nossa pesquisa. Servino-nos, abundantemente, das seguintes fontes básicas para a elaboração / da História das Instituições de Ensino Médio em Rio Preto: a imprensa, a escola, os documentos legais, os livros e as entrevistas com moradores da cidade.

A imprensa. Servino-nos das coleções de periódicos locais: "A Notícia" e "Diário da Região". Gostaríamos / de ter podido examinar mais jornais da capital paulista, mas este trabalho não foi integralmente possível, seja / pela dificuldade de levantar, nas coleções existentes, / assuntos referentes à cidade e às suas instituições, seja porque um levantamento de tal amplitude exigiria o esforço de uma equipe e não apenas a participação de um só indivíduo. Foram de grande valia as revistas e os álbuns comemorativos. Inspecionamos um grande número d^elos, referentes a diversos aspectos da Região desde / 1912 até o presente, em busca de dados e artigos sobre as atividades e a história das instituições de ensino / de Rio Preto. De tempos em tempos, escolas, clubes, a Cúria diocesana, casas de comércio e outras organizações publicaram monografias, revistas e livros, para registrar as atividades desenvolvidas no decorrer de certo / período ou comemorar datas solenes. Aí encontramos nomes de estudantes, de suas famílias, de professores, e acontecimentos importantes. A maioria das revistas comemorativas e álbuns foram impressos por companhias particulares e as coleções estão incompletas.

As escolas. Coligimos os atos escritos ditados pelos poderes públicos e pelas entidades particulares. Consultamos papéis conservados nos arquivos da administração municipal e de instituições privadas. Lemos os mais diversos livros de escrituração escolar, livros de atas de reunião, de matrícula, de exames, de termos de visitas, de ocorrências, relatórios, contratos,... Quanto / mais nos afastávamos no tempo, maiores as dificuldades / enfrentadas, tanto para a obtenção de dados exatos, quanto para a organização das informações. Foram semanas e semanas a fio, para a localização e coleta dos mesmos. / A quase totalidade dos dados estatísticos sobre o ensino médio, aqui apresentados, representa o resultado desse trabalho. Conversamos demoradamente com antigos professores e funcionários.

Os documentos legais. Buscamos na legislação federal, estadual e municipal tudo o que pudesse estar relacionado com o ensino médio. Ali encontramos registrado o esforço republicano no setor da instrução. Organizamos / dois Índices Básicos: um, sobre a Legislação Municipal / no que tange ao ensino; o outro, sobre a Legislação / Estadual nos aspectos mais significativos para o desenvolvimento de Rio Prêto. Introduzimos esses dois Índices entre os documentos apresentados neste trabalho.

Os livros. Há poucos livros sobre a cidade de Rio Prêto, sua história, seu povo e suas instituições. Apesar dessa limitação, pudemos relacioná-los e fazer parte da bibliografia, no final deste estudo.

As entrevistas. A maior parte do material sobre as instituições foi colhido através de entrevistas, ou como designa Gilberto Freyre, "autobiografias dirigidas /

ou provocadas". Os três principais problemas surgidos / para este tipo de levantamento, foram: a) Estabelecer / uma amostra da população de moradores de Rio Preto nas décadas de 1920 a 1949, aproximadamente. b) Organizar o roteiro para a entrevista. c) Treinar uma equipe de voluntários para auxiliar-nos. Devido a limitação do tempo, dinheiro e pessoal, não era possível entrevistar / grande número de pessoas. Apesar das dificuldades, entrevistamos noventa e quatro pessoas.

Inicialmente, relacionamos todas as pessoas que, pudessem ser interrogadas. Nesta lista incluímos nomes / de fazendeiros, professores, sacerdotes, operários, médicos, diretores de instituições de ensino, funcionários públicos, industriais, jornalistas, músicos, donas de casa, ... Localizamos um grande número delas. Por razões diversas (falecimento, mudança, doença, ...) não tivemos / oportunidade de entrevistar a todos.

Antes de compor o questionário para as entrevistas, estabelecemos os tópicos básicos sobre os quais dirigí-las nossas perguntas. Determinamos os seguintes: I. Dados biográficos do entrevistado. II. Recordações da vida estudantil. III. Observações sobre a vida social, / política, econômica de Rio Preto, no período de 1920 a 1949. IV. As instituições de ensino da cidade, no citado período. O roteiro foi primeiro estabelecido, depois pôsto a prova, e, finalmente, após as modificações necessárias, aplicado.

O problema dos entrevistadores foi solucionado / com a participação ativa dos alunos do Curso de Pedagogia, Cadeira de História e Filosofia da Educação, (1964 a 1967) e os do Curso Normal (3º ano) do Instituto de E

ducação "Monsenhor Gonçalves" (1967). Foram, previamente, instruídos sobre a técnica de entrevistar, a natureza / da pesquisa e o propósito do estudo. Uma vez informados, deram, generosamente, toda a ajuda necessária.

Com este levantamento fixamos as reações dos mais diversos tipos humanos frente aos mesmos estímulos (as perguntas do questionário), que nos revelam interpretações próprias sobre os acontecimentos, as pessoas, os usos e costumes, as normas e valores. São visões parciais e pessoais de uma época de transição, de um núcleo agrário comercial que se transforma numa cidade comercial e industrial. Reconhecemos as deficiências do testemunho único. Acreditamos, porém, e disso temos experiência, poder aclarar e definir posições e situações históricas, bem como pretender compreender e interpretar os fatos através do cômputo geral das informações particulares por vezes contraditórias, por vezes complementares.

Na parte final deste trabalho, apresentamos um / Índice Biográfico de nossos entrevistados e alguns trechos, dos mais significativos, de seus depoimentos.

Parceceu-nos essencial para o entendimento preciso do problema que nos preocupa; As Instituições de Ensino Médio de Rio Prêto (1920-1949) fazer proceder o exame desta questão por uma análise teórica da importância deste estudo. Numa segunda parte, tratamos unicamente de Rio Prêto e das suas instituições de ensino durante o período de trinta anos.

As duas partes de nosso trabalho são, até certo ponto, independentes, mas articuladas. A primeira, teórica e genérica, fundamenta a segunda, permite compre

ender a evolução histórica das ~~das~~ instituições e a posição exata dos que nelas trabalharam. Seria possível fundi-las; não o quisemos fazer para não sacrificar o estudo panorâmico do período e para realizar o trabalho tal como ele se estruturou em nosso espírito durante os anos de pesquisas realizadas.

Complementando, apresentamos uma série de DOCUMENTOS que consideramos necessários ao estudo que empreendemos.

Para encerrar esta Introdução, registremos nossos agradecimentos: Aos meus pais e familiares que carinhosamente incentivaram meus estudos. Ao Prof.Doutor / Alexandre Caballero y Garcia Barba, pela orientação segura e constante, dedicada à concretização deste plano/ de pesquisa. Ao Prof. Casemiro dos Reis Filho, meu antigo professor de História da Educação, e que ^{em mim} despertou / o interesse por este campo. Aos Diretores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto e, em especial, ao Prof.Doutor Michel Pedro Sawaya, pois, cada um a seu modo, contribuiu para a realização deste trabalho. Aos meus Colegas pelos serviços, conselhos e estímulos prestados. À Prof^a. Maria Aparecida Rocha Bauab, que me acompanhou nas buscas e entrevistas./ Aos Diretores, secretários e funcionários das Instituições de Ensino Médio aqui estudadas, que facilitaram ao máximo nossas pesquisas naquelas entidades. Aos Diretores e funcionários dos diversos Departamentos da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto, que puseram a nossa disposição todo o material existente. Aos alunos/

do Curso de Pedagogia e do Curso Normal pelo trabalho / decisivo que realizaram, coletando informações, verificando dados e entrevistando. Aos entrevistados, que sem medir esforços, responderam com espontaneidade e objetividade ao nosso questionário. Aqui não posso indicar / seus nomes, pois a lista é extensa, mas o faço no Índice Biográfico, no final do trabalho. As alunas Lúcia / Helena Lodi, Maria de Lourdes Santana e Otília de Toledo Rocha, que se dedicaram à tarefa de datilografar os originais deste trabalho. Aos funcionários da F.F.C.L. / de São José do Rio Preto, pelos inestimáveis serviços / técnicos.

I. A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS HISTÓRICOS

DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO.

I. A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS HISTÓRICOS

INSTITUIÇÕES DE ENSINO.

I. A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS HISTÓRICOS

DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO.

I. A importância dos Estudos Históricos das Instituições de Ensino.

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, como nós a entendemos, deve abranger: a) o estudo dos valores, normas e ideais que regem a vida social e que são os fins propostos à educação pela sociedade, e que por isso, estão condicionados às mudanças da mesma; b) o estudo das doutrinas pedagógicas que representam a reflexão a respeito dos resultados obtidos nos processos de transmissão dos valores sociais e da sua legitimidade; c) o estudo dos métodos pedagógicos que orientam os processos de aprender e ensinar; e, d) o estudo das instituições encarregadas de transmitir, de uma geração à outra, os valores fundamentais da vida social.

Nesta delimitação do campo de estudo da História da Educação, consideramos que:

- A estrutura de toda sociedade se baseia em leis e normas, escritas ou não, que a unem a seus membros;

- A educação é o produto da consciência viva dessas normas que regem a comunidade humana;

- O desenvolvimento social e a educação dependem da consciência dos valores, normas e ideais que regem a vida humana;

- Toda sociedade, para se perpetuar, imprime em seus membros individuais o caráter próprio da comunidade, de modo que este se torne fonte de toda ação ^{de} e toda conduta;

- As instituições educacionais, de toda ordem, específica ou não, são organizadas pela sociedade como um conjunto de meios que garantam a integração das novas gerações à sua forma de vida;

- Toda sociedade está em processo de mudança, mais ou menos, acelerado;

- O sistema educacional sofre as vicissitudes das transformações sociais que ocasionam reflexões pedagógicas que justificam ou procuram modificar o sistema de educação vigente;

- A estabilidade de normas válidas corresponde a solidez dos fundamentos da educação; e,

- Da dissolução e da destruição das normas sociais válidas resultam a debilidade, a falta de segurança e a impossibilidade de toda ação educativa.

A literatura existente sobre os quatro setores de estudo da História da Educação, ^{setores que} não constituem áreas exclusivas dela, nos revela que os estudos em torno da história das doutrinas, dos valores e ideais, dos métodos pedagógicos, se avolumam, fornecendo o significado / do progresso pedagógico, enquanto que poucas tentativas / têm sido realizadas em torno da história das instituições escolares. As teorias têm sido objeto de pesquisas sérias, mas o mesmo não se pode dizer, em todas as épocas, das instituições de ensino.

Por outro lado, os sistemas de instituições de ensino no mundo moderno têm angariado cada vez maior im

portância e a sua história certamente tenderá a ser equi-
parada ao interêsse tradicional do estudo das doutrinas
pedagógicas. Esta importância, sem dúvida, está vincula-
da à adequação das instituições educacionais ao ideal
que a sociedade possui dos modelos de Homem - masculino
e feminino - através dos quais se concretiza e se justi-
fica.

Assim, as instituições educacionais, que nascem
da necessidade e da vontade dos homens de estabelecer e
estruturar um mundo melhor por e para um homem melhor ,
representam a expressão consciente das necessidades e
do espírito de cada sociedade, em determinada época. Os
seus objetivos manifestam os padrões aprovados pelo(s)
grupo(s) que as mantêm, moldando um "tipo ideal" de ser
humano, que afirma, justifica ou nega a estrutura social
em que estão inseridas. As instituições educacionais re-
presentam, também, a tomada de consciência e a crença
nas possibilidades e limitações da educabilidade e da a-
prendizagem, manifestam o reconhecimento do poder da e-
ducação, que, de um lado, levou os governos autoórati
cos a empregarem a escola para perpetuar o contrôlo to-
talitário dos mesmos, e de outro, esclareceu os elcito-
res sôbre os seus direitos e sôbre como governar com in-
teligência.

De acôrdo com a concepção sociológica da educa-
ção e da pedagogia, concluímos que não só é Direito, co-
mo também Dever, indeclinável, a atuação educativa das
gerações culturalmente adultas sôbre os imaturos sob po-
na de porcimento da ordem socio-cultural e, com ela, o
desaparecimento da espécie humana. Neste sentido, a a-
ção educativa se justifica em si.



Se encaramos as instituições como meros produtos da invenção humana, como uma parte madura, especializada e comparativamente rígida, da estrutura social, constituída por pessoas, verificamos que "as grandes instituições, como explica Cooley (1), são o resultado **daquela** organização que o pensamento humano assume naturalmente quando se dirige século após século para um objeto particular, cristalizando-se assim, gradualmente e de forma definida, sentimentos, crenças, costumes e **valores** permanentes. É isso que acontece quando existe algum interesse profundo e duradouro prendendo a atenção dos homens. A língua, os governos, a igreja, as leis e os costumes da propriedade e da família, os sistemas de educação e de trabalho, são instituições porque constituem a realização das necessidades permanentes da natureza humana".

Esse assunto merece cuidadosa reflexão, pois existem diversas questões referentes à relação entre o indivíduo e as instituições. Contudo, o objetivo do nosso trabalho nos obriga a estas considerações gerais e ligeiras: o indivíduo é sempre causa e efeito da instituição; a instituição deve ser encontrada nos homens e em nenhum outro lugar; um homem não é verdadeiramente / homem se é apenas uma parte de uma instituição. **Cooley** aprofunda-se no estudo das questões que aqui apenas apontamos.

O estudo das instituições de ensino nos permi

(1) Cooley. - Social Organization, Human Nature and the Social Order. Part V, Cap. XXVIII. In *Revista de Sociologia*, vol. XXVII, nº 1, 1965, pp. 313 e ss.

te constatar as concepções operantes a respeito do homem, da natureza e das possíveis e desejáveis interações que entre eles devem ser estabelecidas e as energias dispendidas na sua difusão, conservação e instalação. É aí que encontramos a legitimidade do seu estudo e a validade de nossa pesquisa.

A tendência geral, para estudos dessa natureza, tem sido a de utilizar as fontes das idéias políticas e sociais como fundamento para os problemas da História da Educação Brasileira. Tal atitude metodológica tem trazido à luz material empírico interessante, mas a focalização dos problemas raramente atinge o interesse central da História da Educação, a qual não pode ser reduzida à História das Idéias.

Com efeito, a História abrange algo que vai além dos atos da razão pensante, dos atos da consciência, os quais não podem ser excluídos da realidade objetiva e da sua conseqüente influência. As denominadas "terras da História" não são apenas os domínios das antigas civilizações desaparecidas, mas, com maior legitimidade, são aquelas em que o mundo de amanhã se configura. E esse "mundo de amanhã" tem como um dos principais fatores construtores da sua estrutura a educação do povo.

A organização educacional de um povo não pode ser adequadamente estudada, se desvinculada de governo, religião, moral, família, ciência e outros aspectos culturais. Devemos ter em mente que o sistema social é, antes de mais nada, um conjunto, não importando que a conveniência do estudo nos leve a dividi-lo. Tentamos aqui aplicar essa regra sob o risco de parecer superficial a abordagem do assunto.



As instituições educacionais, pelas relações estreitas que mantêm com as demais instituições sociais, dificultam o estabelecimento de "uma sucessão ordenada dos estados evolutivos de uma instituição determinada e nos levam a um ponto de maior consideração, a uma das razões de tal confusão: a interdependência das instituições".(2) Essa questão, para nós, é importante sob outro aspecto: essa relação estreita significa, por exemplo, que não podemos adquirir um conhecimento ~~completo~~ de uma instituição qualquer, com grau de particularidade, a menos que se considerem as suas relações mútuas com as outras instituições com as quais se relaciona.

A conexão das instituições é focalizada ~~melhor~~ do ponto de vista funcional que do estrutural, já que a correlação das diferentes partes de uma cultura é tam bém funcional. A relação da Escola com a Indústria, na sociedade moderna, por exemplo, é uma consequência das funções levadas a efeito pelas empresas, e das funções exercidas pela escola no sentido de dar condições à cri ança para que ela procure um meio de viver na indústria.

A lentidão de uma instituição é compensada por sua capacidade de crescimento acumulativo e perpétuo, e a "modificação da função de uma instituição enquanto sua estrutura persiste é um aspecto muito importante da evolução cultural. A estrutura não muda tão frequente mente como a função. Este fato pode indicar a dificuldade de fazer ou inventar uma nova estrutura social".(3)- As instituições educacionais, porém, de um modo geral,

(2) Ogburn e Nimkoff. Sociologia. p.655.

(3) *Idem*, pp.656-657.

são, a nosso ver, das instituições sociais ^{as} que menos mudanças apresentam, pois, sendo partes de uma super-estrutura, não podem alterar os fundamentos de um regime do qual são reflexos. Se a estrutura da instituição muda menos frequentemente, talvez isso esteja condicionado a uma necessidade menor de mudanças.

Por outro lado, observamos que a mesma estrutura pode servir a múltiplos fins. Neste caso, não encontraremos melhor exemplo, talvez, que as instituições escolares.

Se uma das características marcantes do nosso tempo é a transferência de funções de uma instituição à outra, particularmente interessante é a utilização de associações especializadas que realizam algumas funções exercidas pelas instituições principais. Tais associações surgem nos grandes centros urbanos, pois êstes exigim diferenciação e especialização, impulsionando o aumento da cultura. Enquanto as associações menores surgem para rivalizar com as grandes, estas, experimentam, na atualidade, uma grande troca de funções entre elas mesmas, ganhando umas e perdendo outras. Essa transferência de funções é claramente observada nas quatro maiores instituições: Família, Igreja, Indústria e Gouverno.

Nos séculos passados, dominaram no Brasil as duas primeiras - Família e Igreja -, e cumpriram númerosos serviços para o país. Aos poucos, foram perdendo suas funções, ao passo que a Indústria e o Estado foram adquirindo atividades cada vez mais complexas.

Convém notar que, se as funções secundárias de uma instituição podem ser modificadas ou reduzidas, não

podem ser perdidas por completo como norma geral. Isto está bem claro no que se refere à Igreja e à sua função educadora. A educação não é no presente uma atividade religiosa tão significativa como o foi no passado. Tem po houve - no Brasil Colônia (1549-1759) - em que a Igreja teve, virtualmente, o monopólio sôbre a educação. Hoje, as escolas públicas exercem estas prerrogativas. Apesar disso, porém, a Igreja mantém atividades educativas de várias ordens.

Instituição alguma se desenvolveu independentemente. O estado de desenvolvimento de outras : instituições modifica, em prazo mais ou menos longo, o curso do desenvolvimento da organização das demais. Esclarecendo melhor, podemos acrescentar: "Uma razão pela qual uma instituição não percorre etapas idênticas em tôdas as civilizações, é que sofre modificações externas. ~~Se~~ De tôdas as regiões do mundo fôssem pequenos planêtas separados, sem contacto possível entre si, a probabilidade de que as instituições seguissem etapas análogas seria -- maior. Porém, quando todos os povos estão em contacto -- uns com os outros, com instituições em diferentes graus de desenvolvimento, e quando os traços culturais se di fundem de um povo a outro, a evolução de uma instituição qualquer diferirá de um lugar a outro". (4)

Centralizando nossa atenção sôbre o problema da educação em São José do Rio Prêto, no plano das instituições escolares de ensino médio, pretendemos mostrar, tomando como ponto de partida a caracterização demográfica, social, econômica do município e da cidade, que

(4) Ogburn e Nimkoff. Op.cit. p.653.



as mesmas foram "lentemente organizadas no tempo, sol-dárias com tôdas as outras instituições sociais, que a educação exprime ou reflete, instituições essas que, -- por consequência, não podem ser mudadas à vontade, mas só com a **própria** estrutura da sociedade". (5)

Se, no setor das idéias filosófico-pedagógicas, no Brasil quase nada foi produzido, algo de autêntico, suas instituições e sistemas educacionais, políticos e econômicos refletem as idéias e os conceitos elaborados pela cultura do mundo ocidental, que foram propagadas, difundidas e absorvidas pela nossa elite intelectual e dirigente. Por esta razão, e justamente porque "a imensidão brasileira é uma justaposição de épocas históricas" como afirma Pedro Calmon, o espetáculo da educação brasileira oferecido ao historiador e ao educador é a-paixonante: de um lado porque através do seu estudo se adquire a consciência de que fazemos parte de um todo que nos transcende, que continuamos no presente e que -- os homens que virão depois de nós continuarão no futuro; e por outro lado, pelas oportunidades excepcionais de contacto com o processo real, ainda recente, da **forma**ção, expansão e progresso de cidades recém fundadas por bandeirantes e desbravadores, que prosseguiram no século XX a Marcha para o Oeste Paulista.

Através do conhecimento de acontecimentos passados, datados e localizados; através do conhecimento dos fatos históricos da educação e das instituições escolares, vamos buscar compreender os homens, suas **aspira**ções, seus ideais e valores, suas ações, motivos e inin

(5) Durkheim, E. -- Educação e Sociologia. p.27.



centivos que impulsionaram e dirigiram seus atos, o significado que os mesmos tiveram para eles.

Assim, o conhecimento do passado - chave para compreender o presente -, transforma-se em excelente / meio para melhorar a educação atual, pois nos informa dos valores e ideais que deram origem à ação educativa institucionalizada, dos homens que defenderam idéias que são análogas ou opostas às nossas e à de nossa época. Informa-nos das reformas, pretendidas e concretizadas, nas instituições com objetivo de manter ou modificar o sistema educacional vigente como reflexo das // transformações ou da perpetuidade da estrutura social. Esclarece-nos sobre os perigos das idéias utópicas, desvinculadas das necessidades e expectativas sociais.

Assim entendido, o estudo da História das Instituições de Ensino, capítulo de significativa importância na História Geral da Educação, é subsídio indispensável à compreensão dos problemas pedagógicos. No repositório das experiências humanas acumuladas, no humano concreto, real e vivido, nas suas múltiplas manifestações encontraremos a valorização das ações, das instituições e das idéias pedagógicas.



II. Levantamento Descritivo das Instituições

de Ensino.

II. LEVANTAMENTO DESCRITIVO DAS
INSTITUIÇÕES DE ENSINO.

Estabelecemos rapidamente no capítulo anterior a im-
portância do estudo histórico das instituições de ensi-
no e de suas implicações sociais. Antes de aprofundarmos
este estudo, no capítulo seguinte, as instituições de
ensino médio de Rio Preto, vamos considerar as
relações entre EDUCAÇÃO e ESCOLA, conceitos básicos das ciências
sociais.

Na linguagem comum, os dois termos, tão abstrai-
tamente definidos pela Sociologia, são empregados com fre-
quência de forma indiscriminada. Contudo, ambos não se
confundem. A educação é um processo integrador e difu-
so em todos os indivíduos, enquanto que a escola é um as-
pecto particular do processo educacional, uma insti-
tuição social.

Educação é processo e, como tal, tem uma reali-
dade e um alcance maior que a Escola ou o Sistema de
ensino. É processo ao mesmo tempo social e biológico.
Como processo social, a educação é um dos aspectos da
socialização, e, como processo bio-psíquico, é um dos as-
pectos da aprendizagem.

II. Levantamento Descritivo das Instituições de Ensino.

Esboçamos rapidamente no capítulo anterior a importância do estudo histórico das instituições de ensino em suas implicações teóricas. Antes de aprofundarmos este estudo, no qual tomaremos por base as instituições de ensino médio de Rio Preto, vamos considerar os têrmos EDUCAÇÃO e ESCOLA, conceitos básicos das ciências sociais.

Na linguagem comum, os dois têrmos, tão claramente definidos pela Sociologia, são empregados com frequência de forma indiscriminada. Contudo, ambos não se confundem. A educação é um processo integrador e diferenciador dos indivíduos, enquanto que a escola é um aspecto particular do processo educacional, uma institui-ção especial.

Educação é processo e, como tal, tem uma realidade e um alcance maior que a Escola ou o Sistema de ensino. É processo ao mesmo tempo social e biopsíquico. Como processo social, a educação é um dos aspectos da socialização, e, como processo bio-psíquico, é um dos aspectos do aprendizado.



"Os indivíduos certamente não nascem com nenhum instinto para as atividades especiais que constituem - sua contribuição à vida grupal, ou para os padrões formalizados de comportamento, necessários à continuação da vida em sociedade". (1) Todos os padrões formalizados de comportamento - valores, normas, símbolos, atitudes, práticas sociais, etc, - têm de ser aprendidos. Portanto, a sociedade é também produto da cultura, Cultura definida cientificamente como os elementos e as reações aprendidas e socialmente herdadas da vida do homem, elementos e reações materiais e espirituais. Neste sentido, a cultura sempre acompanhou a espécie humana e a sociedade. Como sistema elaborado e diferenciado, providencia, de acordo com o grau de sua própria complexidade / interna, para que esse aprendizado não seja entregue ao acaso e à experiência meramente individual.

"A herança social, isto é, a cultura, dos seres humanos tem assim uma dupla função. Serve para adaptar o indivíduo ao seu lugar na sociedade bem como ao seu ambiente natural". (2) A herança social dos outros animais, na medida em que existe, refere-se quase que exclusivamente à segunda dessas funções. O adestramento do animal, um cão, um gato, por exemplo, permite que êle continue um individualista, possuidor apenas de poucas técnicas aprendidas para lutar sòzinho pela obtenção do alimento. O adestramento ou a socialização de uma criança começa de forma individualista mas que, se fôr bem sucedido, a transforma num membro participante /

(1) Linton, R. O Homem - Uma Introdução... p.103.

(2) Idem, p.104.



da sociedade, que é a unidade básica na luta pela existência. A eficiência e a extensão deste adestramento variam conforme a sociedade, a cultura e a função que o indivíduo desempenha nelas. O fato de o indivíduo não apreender a cultura de seu grupo (ou do grupo em que vive) tem consequências importantes no desenvolvimento da cultura. Os homens defrontam, pois, a natureza não na qualidade de unidades isoladas, mas na qualidade de grupos cooperativos organizados. "A incorporação do indivíduo ao grupo e o seu adestramento em uma ou outra das atividades necessárias ao bem-estar grupal tornou-se a função mais importante da herança social humana".(3) Como consequência, toda cultura precisa possuir, e possui, uma série de técnicas para o treinamento e o aprendizado da vida em grupo e organiza formalmente os modos de comportamento grupal e os modos de sua aprendizagem, pelos novos membros do grupo. Essa é a base para a compreensão do chamado processo educativo.

Por isso se diz -e particularmente para a espécie humana, que vive na ordem socio-cultural - que a aprendizagem e sua integração à personalidade mediante os processos de maturação e os processos adaptativos em geral, não só existem como constituem uma necessidade básica, tanto para a sobrevivência física da espécie quanto para a formação, estabilidade e desenvolvimento das culturas e das personalidades humanas. Desde que a evolução bio-psicológica da espécie humana rompeu e ultrapassou os limites e as condições de equilíbrio passivo e instintivo com a natureza, a aprendizagem, e por

(3) Linton, R. - Op.cit. p.104.



tanto a educação, se tornou a alavanca central para a construção de um novo equilíbrio, dinâmico e reconstutivo do homem com os outros homens, consigo mesmo, e com a natureza.

Básicamente, a educação se realiza sob duas formas: a educação difusa e a institucionalizada. Procurando esquematizar assunto tão estudado, diremos que a educação difusa consiste tanto na socialização como no aprendizado que o indivíduo faz em geral, mediante sua participação da vida social e dos grupos, quer por si só, através da imitação e da observação do exemplo dos outros, da participação nos jogos, etc, quer através da pressão de grupos sociais que não têm a função específica de ensinar. Ora, esse tipo de educação sempre existiu e existe em todas as sociedades, pois sem ela não haveria sobrevivência cultural. Predomina nas culturas e povos mais antigos, pré-letrados, entre os quais a transmissão da cultura se faz pela palavra oral e pelo exemplo, pela participação direta na vida social e nas situações e tradições grupais de caráter basicamente religioso.

A educação institucionalizada é a que, como socialização e como aprendizado, é dada por intermédio de grupos sociais ^{especializados}. É encontrada nos povos letrados, embora já exista em embrião nas culturas não letradas. Como nos ensina Durkheim, "a educação consciente e organizada não começa senão quando a cultura mental e moral adquirida pela humanidade chega a ser demasiado complexa e representa um papel excessivamente importante na totalidade da vida comum para que se pudesse deixar ao acaso das circunstâncias o cuidado de assegurar a sua trans

missão de uma geração à outra. "Não é, de fato, ~~señã~~ nas altas civilizações que a educação, como modo de formação intelectual e moral sistemática, é isolada do completo de outras funções sociais". (4)

A escola é tipicamente educação institucionalizada que surge como parte da organização social e está diretamente ligada à transmissão da cultura por via escrita. A educação escolar, como parte da estrutura social global, reflete o tipo especial de organização de uma sociedade em um momento determinado, bem como ~~toda~~ a escala de valores por ela organizada.

Não vamos apresentar aqui a escola em sua formação histórica, nem como se passou da educação difusa à institucionalizada. Vamos estudar, primeiro os componentes básicos da educação e os seus elementos tipicamente escolares.

A ação da escola visa à socialização dos alunos e ao controle social dos comportamentos. A socialização dos alunos significa a humanização deles pelo aprendizado da herança cultural que a escola transmite e, concomitantemente, pela aceitação dos mesmos valores, normas e símbolos nas suas condutas, isto é, que se comportem socialmente de modo comum. O controle social é entendido aqui como o conjunto de práticas e usos, de costumes e instituições, de formas de persuasão e de coerção, que buscam fazer com que os indivíduos ajam de acôrdo com os padrões socialmente aprovados.

(4) Citado por Fernando de Azevedo, in Sociologia Educacional, p.178.



Os componentes básicos da educação, como setores da personalidade e do comportamento que constituem/preocupações e objetivos básicos da educação, como socialização e aprendizado, são:

- educação física. Dado que a educação repousa sôbre uma realidade fisiológica, a educação física é um aspecto encontrado em todos os sistemas de educação, / mais ou menos desenvolvido. É uma constante na educação, difusa ou sistematizada, de todos os povos.

- educação estética. Representada pelo desenvolvimento e disciplinação dos sentidos que se socializam e aprendem a encontrar prazer em certas proporções apresentadas pelas coisas e objetos, quer concretos, quer ideais ou abstratos.

- educação racional ou pròpriamente dita intelectual. Consiste na iniciação das explicações racionais, inteligíveis e demonstráveis de tóda a experiência humana. Qua se inexistente entre os povos primitivos, atingiu sua forma máxima nas culturas ocidentais modernas e contemporâneas.

- educação moral. É universal e existe em tódas as culturas. É basicamente a educação da vontade e preocupa-se com o bem e o mal. Como processo de socialização, é, primordialmente, a interiorização dos padrões de comportamento da cultura que passam a ser partes constitu-tivas da personalidade.

- educação religiosa. É universal e se coloca acima da razão e da vontade humanas, buscando transmitir as representações coletivas (normas, símbolos, valores) sôbre o sagrado.

- educação cívica. Busca fazer o indivíduo adquirir

e viver as normas da organização política e jurídica da cultura.

Em tôdas as culturas há diferentes acentuações dêsses elementos cuja combinação dá a forma ou o espírito, o estilo, enfim, da educação. Todos ôsses elementos se transmitem através do processo educativo, sofrendo constantes reelaborações à medida que mudam as culturas. A educação foi-se institucionalizando no momento em que deu origem e se transformou em educação especificamente escolar, quando as relações entre os docentes e discentes se estabilizaram e se regulamentaram socialmente, o riginando grupos estruturados entre si e especializados na função de educar. A escola, como estrutura e grupo social diferenciado e específico na função de educar, passou a ser cada vez mais uma agência importante na transmissão dêsses aspectos. E, pouco a pouco, vai-se emancipando do contrôlo da família, transformando-se em agência direta do Estado.

Esquemáticamente, podemos resumir os elementos que definem e caracterizam a escola em:

- A localização espacial fixa. Este é um dos aspectos que definem a escola. Em geral é impôrtante para a maior ou menor eficiência da mesma, porém, não é condição indispensável. A grande maioria das escolas têm localização estável que define, em certo sentido, o seu tipo e as suas funções. A mudança de uma escola de um bairro para outro, de uma cidade para outra, de um // país para outro, ocasiona alterações nas relações entre professôres e alunos, no tipo de aula, no status do professor, na própria escolaridade.

- A existência do papel social docente. Nas sociedades de educação difusa, os "professores" exercem também, e basicamente, outras funções. Na educação institucionalizada ou escolar, aparece o professor como tal, isto é, aquele cuja função principal é ensinar. A criação da profissão de ensinar é um aspecto necessário da educação escolar.

- A organização de currículo regular e específico. Um ou vários currículos, no sentido da dogmatização de disciplinas e programas de ensino, só podem ser ministrados na escola, pelo menos em sua parte principal. Vai-se formando, pois, a consciência de que o trabalho que a escola realiza é mais específico e mais eficiente quando realizado por ela.

- Finalmente, a organização autônoma da escola. Autônoma no sentido de não se confundir com outras instituições. Mas, essa autonomia ou especificidade é relativa porque existe em função das outras autonomias e varia com elas. Por isso ^{ela} é condição fundamental para a existência da escola.

O levantamento descritivo da vida escolar de uma instituição de ensino consiste na descrição da escola como grupo social. (5) Concretamente encarada, é a escola uma unidade social, demográfica e física, que existe em uma dada comunidade para servi-la em dado tempo.

Podemos estudá-la em sua estrutura material sob

(5) A Escola como Grupo Social foi amplamente estudada pelo Prof. Antonio Candido, in A Estrutura da Escola, publicada pela FFCL da Universidade de São Paulo. 1947.

dois aspectos principais: a estrutura demográfica e a posição da escola no meio ecológico e social. Como grupo social, a escola se compõe de uma população escolar, isto é, de um certo número de pessoas. Por outro lado, ela é simultaneamente, uma unidade configurada espacialmente, dentro da qual habita uma população relativamente estável e constante que entre si estabelece relações pedagógicas institucionalizadas. Essa população escolar pode ser estudada tanto nas relações que mantém internamente consigo mesma como nas relações que mantém com a população em geral. No primeiro caso, podemos encarar a população escolar no comportamento de seus agrupamentos internos por status social, idade, sexo, religião, etc, e os movimentos da população escolar, seu aumento ou diminuição, promoções internas, renovações dos quadros escolares, concentração e distribuição espacial e cultural em seus aspectos dinâmicos. No segundo caso, no estudo da população escolar através das relações que mantém com a população em geral, o grande problema é saber como a estrutura demográfica da escola se organiza em função da estrutura demográfica do país ou da localidade em que a instituição se insere. Por exemplo, verificar como a composição da população escolar reflete a composição da população local ou nacional.

Podemos estudar ainda, a estrutura administrativa da escola e para isso tornam-se necessárias algumas considerações prévias.

Entre as atividades e funções sociais institucionalizadas existem algumas que alcançam um grau de organização consciente e deliberada. Isso ocorre, quando são consideradas muito importantes para os grupos nos

quais e para os quais são executadas ou quando nascem - de associações. As atividades e as relações assim consideradas são submetidas então a um sistema de normas de como devem ser feitas e é criado um grupo (ou grupos) de pessoas cuja função é aplicar êsses valores e normas. A administração de uma atividade ou função consiste em um tipo de organização consciente e deliberada dessa atividade social, mediante a aplicação de um sistema de normas por um corpo especializado de funcionários ou burocratas. Esse sistema de normas implica na aceitação prévia de um sistema de valores que essas normas visam preservar.

A administração, como conceito sociológico, significa um sistema consciente de meios para a realização de determinados fins, tanto com economia de realização, isto é, planejamento ordenado das atividades visando à eficiência da ação, como um modo organizado e definido e, portanto, socialmente mais eficiente para a conservação dêsses fins e valores. Essa definição se aplica, grosso modo, a tôdas as atividades de todos os grupos sociais quando atingem certo grau de organização consciente e deliberada. Quando, porém, os valores ou os fins entram em conflito, ou em colapso, com as necessidades dos grupos para os quais existem, então, a administração que os serve também começa a desintegrar-se.

O Estado Moderno, à medida que se foi constituindo e fortalecendo, foi administrando um número cada vez maior de atividades sociais que foram passando à "administração pública" ou de todos, na medida em que o Estado é a organização política e jurídica das atividades sociais básicas ou a organização política e jurídica

ca da sociedade. A administração pública possui um grande número de sistemas de normas e de funcionários. Esses sistemas vão desde aqueles poderes e funções que refletem mais propriamente os valores nos quais a norma é fundamental até aqueles onde a função e eficiência das ações são mais importantes.

A administração em geral e a pública, pode significar tanto a organização deliberada e consciente de valores e normas ordenadoras das atividades, como o sentido mais instrumental de mero serviço de meios de ação e execução. O Congresso Nacional como administrador da educação no país exemplifica o primeiro caso, e as Inspetorias Regionais de Ensino Secundário, como fiscalizadoras das leis existentes sobre esse nível de ensino, sem entrar em considerações sobre o mérito das mesmas, exemplificam o segundo.

Se todas as escolas são grupos sociais com composição definida e pelo menos rudimentos de organização e estruturação, elas mantêm, enquanto grupo, certo grau de autonomia interna. Sua organização e estrutura não podem ser incorporadas às de qualquer outro grupo, pois os papéis de seus membros (professores e alunos) são peculiares e essencialmente diferentes daqueles dos membros de quaisquer outros grupos.

No sentido geral mais comumente empregado, a estrutura administrativa de uma escola significa a organização deliberada e consciente das relações escolares. = Corresponde a uma ordenação racional das atividades e funções escolares pelo Poder Público e pelas autoridades escolares, públicas ou não, segundo o grau de sua autoridade e dos objetivos que têm em vista. Assim, a

estrutura da escola ou do sistema de ensino representa/ a disposição e a ordenação de suas atividades e funções mediante relações oficialmente previstas e consideradas como normas administrativas da organização e da vida escolar. Dessa forma, a estrutura administrativa do sistema escolar de um país, como o nosso, significa a disposição legal, por meio de leis, das diferentes partes que compõem o sistema escolar e de suas funções respectivas. Sumariamente, podemos indicá-las:

- Leis que estabelecem as finalidades da educação e os meios para sua realização, determinando graus e tipos de ensino. Nesse caso, temos as Constituições, os Códigos Nacionais de Educação, as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

- Leis que regulamentam os graus e tipos de ensino, determinações sobre currículo, programas, formas de ingresso, promoção, diplomação, intercomunicação entre os graus e tipos de curso. Nesse caso, temos como exemplo, os Regimentos Internos.

- Leis que regulamentam a vida escolar das unidades regionais ou de cada unidade de ensino. São, por exemplo, os Códigos Estaduais de Educação, as Portarias do Diretor da Escola.

"A estrutura total de uma escola é, todavia, algo mais amplo, compreendendo não apenas as relações ordenadas conscientemente mas ainda todas as que derivam de sua existência enquanto grupo social. Isso vale dizer que, ao lado das relações oficialmente previstas, há outras que escapam à sua previsão, pois nascem da pró

...
pria dinâmica do grupo social escolar". (6)

Unificando e permeando os aspectos aqui aporta
dos para o levantamento descritivo da Escola: estrutura
material, estrutura administrativa e descrição socioló
gica, teremos melhores condições para traçar uma visão
sem barreiras, ampla, que deverá exprimir e apreender a
sua realidade total, "não como estabelecimento de ensi
no a ser enquadrado nas normas racionais da Legislação/
escolar mas como algo autônomo, vivo, no que tem de pró
prio e por assim dizer único; que requer portanto, ajus
tamento correspondente destas normas, visto como possui
outras, que devem ser levadas em conta".(7)

Pôsto isto, trataremos de apresentar o levanta-
mento histórico-descritivo das instituições de ensino
médio de Rio Prêto, de 1920 a 1949, já que a história
da atividade educativa ou do ensino nos tempos moder
nos e contemporâneos é a história da sua conversão em
serviço público, objeto de administração pública. Te
pretendêssemos reconstruir integralmente a história do
sistema educacional de Rio Prêto, pouco poderíamos rea
lizar, visto que das muitas instituições de ensino aqui
instaladas e atuantes durante períodos mais ou menos
longos, poucas são as que sobreviveram e continuam a a
tuar em nossos dias. Das que não mais existem quase na
da reitou. Apenas algumas poucas e esparsas referências
em revistas, jornais, livros que focalizam a cidade, nos
levam a saber de sua existência. Com base nisso, interro
gamos antigos moradores, que num esforço de memória ^{se} re

(6) Antonio Candido, Op.cit. Item I, 1.

(7) Iden, Item I, 3.

cordaram da época e local onde funcionaram, dos nomes de seus fundadores, diretores, professores, e ex-alunos. É quase impossível, porém, reconstruir algo sobre suas histórias, seus objetivos, as dificuldades enfrentadas, os momentos de apogeu, enfim, o trabalho que realizaram e os motivos que determinaram seu desaparecimento. A maior ou menor extensão e profundidade com que serão tratadas aqui cada uma das instituições de ensino médio, criadas no período escolhido de trinta anos, está condicionada ao maior ou menor número de documentos encontrados ou informações obtidas oralmente em nossas entrevistas.

Nossa intenção é apresentar um relato histórico dessas escolas e as possíveis vinculações com o desenvolvimento da cidade e Região, visto que a escola, como unidade social, demográfica e física concreta, mantém / relações com o meio que a criou e ao qual serve em todos os setores das suas atividades. Gostaríamos de que nosso relato fôsse completo. Conseguimos recolher e organizar o maior número de dados e informações sobre as mesmas, sobre um passado ainda recente para que o mesmo não se perca definitivamente.



III. O ENSINO DE GRAU MÉDIO NO BRASIL:

REFORMAS DO GOVERNO FEDERAL.

1920 -- 1949

1. O Ensino Ginásial.

2. O Ensino Comercial.

III. O Ensino de Grau Médio no Brasil: reformas do Governo Federal. 1920-1949.

Neste capítulo procuramos esboçar, de maneira objetiva, a evolução do ensino médio brasileiro através do levantamento dos documentos legais e da análise, embora rápida, das iniciativas levadas a efeito pelo Governo Federal no período de 1920 a 1949.

O esquema geral traçado tem por objetivo permitir a compreensão da estrutura global dos sistemas de ensino de grau médio historicamente existentes no Brasil, e demonstrar o aperfeiçoamento progressivo da legislação até a Reforma Gustavo Capanema. Uma análise desse tipo e com esta finalidade obrigou-nos a leitura da quase totalidade das leis e decretos, avisos e atos administrativos ocorridos neste intervalo de tempo, sobre o assunto.

Para maior facilidade na exposição, apresentamos em primeiro lugar a evolução do ensino secundário, ginásial, e, em segundo, a do ensino comercial. Restringimos a nossa atenção para os dois porque é deles que encontramos exemplos na história das instituições de ensino riopretense, até 1949.

1. O Ensino Ginásial.

As sucessivas remodelações do ensino secundário caracterizam o período republicano. Tivemos reformas em 1890, assinada pelo General Manoel Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant Botelho de Magalhães(1), em 1901, a de Epitácio Pessoa (2), que durou até 1911 (3), quando no governo do Marechal Hermes, o então ministro Rivadávia/Correia é aprovada a Lei Orgânica do Ensino. Passamos, depois desta, a uma nova reorganização, quando sancionado o decreto nº11.530, de 18 de março de 1915 (4), por Wenceslau Braz P.Gomes e Carlos Maximiliano Pereira dos Santos. A esta sucedeu a Lei Rocha Vaz, referendada pe-

(1) Decreto nº981, de 8 de novembro de 1890. Coleção de Decretos do Gov.Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. 1891. pp.3.474 a 3.513.

(2) Decreto nº3.890, de 1º de janeiro de 1901. Col. das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil. 1901. Vol.I.1. Pp.1 a 49.

(3) Decreto nº8.659, de 5 de abril de 1911. Col.das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil, 1911.Vol. I. Pp.486 a 510.

(4)Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915. Col. das Leis... 1915, Vol. 2, pp.1.107 a 1.135.

lo ministro João Luiz Alves (5). Foram introduzidas novas medidas ao regime escolar e didático.

Para ilustrar, destacamos aqui, o conceito de ensino secundário expresso no artigo 47º, do decreto nº 16.782A, de 13 de janeiro de 1925: "O ensino secundário, como prolongamento do ensino primário, para fornecer a cultura média geral do país, compreenderá um conjunto / de estudos com a duração de seis anos..."

Nada mais superficial. "Prolongamento do ensino primário", a própria designação "ensino secundário" está indicando que éle o é. Não seria necessário um artigo de lei para o afirmar. Mas, porque destino "a fornecer a cultura média do país"? Com que finalidade? Para que utilização prática? Era, sem dúvida, a velha preocupação classicista a imperar na formação dos brasileiros, mesmo depois da primeira guerra mundial, tão focunda em renovações. Continuávamos com a nossa "cultura média geral", isto é, com a preocupação frívola das aparências, deslocados do nosso próprio mundo, sofrendo todas aquelas nostalgias românticas, que, por tantos anos havia martirizado algumas gerações. Nada havia que impelisse o estudante para o seu meio, que o transformasse em fator de utilidade real. Formar a cultura média geral era, tão somente, o objetivo do curso secundário, isto é, fornecer ao Brasil rapazes brilhantes, que soubessem conversar com espírito e animar uma reunião. Via-se o ensino secundário isoladamente, sem conexão com o en-

(5) Decreto nº 16.782A, de 13 de janeiro de 1925. Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil. 1925. Pp. 20 a 84.

sino profissional, o único capaz de habilitar o homem / ao exercício consciente dos seus deveres sociais.

A natureza e o ritmo da evolução do ensino, antes e depois de 1930 têm sido muito diferentes, porque em suas linhas gerais, a história do ensino médio brasileiro está intimamente ligada às vicissitudes da história política nacional. As genuínas reformas do ensino / estão sempre estreitamente relacionadas com as transformações do sistema político. "A situação de perplexidade trazida pelas condições advindas da ... conjuntura criada pelos sucessos relacionados com a guerra de 1914-1918, provocou no País movimentos insurrecionais destinados a modificar a paisagem pública brasileira. 1922, 1924 e 1930 não são simples datas. Os episódios sangrentos destes anos valcm como símbolos de novas conquistas no processo da educação política. Não é, entretanto, exclusivamente pelas armas que se renovam os hábitos e costumes profundamente radicados na própria substância espiritual da vida de um povo. Em 1930, quando as armas se cruzaram contra a mentira eleitoral do regime vigente, já havia uma atmosfera propícia, criada pela imprensa esclarecida, a uma reforma da instrução brasileira. A lei Francisco Campos, logo depois promulgada, apesar de seus defeitos, foi a consagração de uma conquista duramente sustentada".(6)

Por demais longa seria uma análise completa da reforma Campos, " a primeira no Brasil com ampla visão do problema educativo", como afirma Paulo de Assis Ri-

(6) L.Ramos de Carvalho: O Ensino em São Paulo. pp.619 / 620.



boiro em sua conferência proferida no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo, a 26 de agosto de 1937 (7).

Citaremos apenas alguns trechos da Exposição de Motivos ^{da Reforma} de 1931 que nos fornecem visão clara do espírito que anima a mesma e as finalidades que atribui ao ensino secundário. Num esforço de teorização da realidade educacional brasileira, Francisco Campos assevera que :
"De todos os ramos do nosso sistema de ensino é, exatamente, o ensino secundário o de maior importância não apenas do ponto de vista quantitativo como do qualitativo, destinando-se ao maior número e exercendo, durante a fase mais propícia do crescimento físico e mental, a sua influência na formação das qualidades fundamentais da inteligência, do julgamento e do caráter".

Essa tomada de posição é fruto de intensa reflexão-crítica sobre o sistema de ensino em vigor e ^{as} causas de seus defeitos. "O mesmo espírito que transformou o ensino secundário em mera chancelaria de exames, concorre para abastardar, desmoralizar e nulificar o sistema por ele instituído. Si o ensino secundário não tem finalidade própria; si em si mesmo não encontra a sua justificação, razões, motivos e estímulos, que orientem a organização e o desenvolvimento dos seus planos; si é, assim, um simples curso de passagem, tendo como finalidade última a matrícula nos cursos superiores e como objetivo próximo os exames de fim de ano, a sua tendência

(7) P.de Assis Ribeiro: Evolução do Ensino Secundário / no Brasil, publicado no jornal "O Estado de São Paulo", de 1º, 2 e 3 de setembro de 1937.



há de ser necessariamente, como até agora tem sido, reduzir, simplificar, esquematizar o quanto possa as linhas do seu esqueleto, de maneira que subsistam apenas os traços úteis e significativos, isto é, aqueles que, dada a finalidade a que o ensino secundário se destina com ela o articulam direta e imediatamente. Ora, a finalidade do ensino secundário é a matrícula nos cursos superiores; o que é, portanto, que mais direta e imediatamente articula o ensino secundário com essa finalidade / senão os exames? Estes por conseguinte passam a ser o objetivo absorvente e próximo do ensino secundário..... Em resumo, o ensino secundário é um simples curso de passagem e um mero sistema de exame destituído de virtudes educativas e reduzido às simples linhas essenciais / de sua estrutura estreitamente pragmática e utilitária de instrumento de acesso aos cursos superiores".

Pôsto isto, Francisco Campos traça o seu plano de reforma, para a reconstrução do ensino secundário, - com a finalidade de conferir-lhe, de modo distinto e acentuado, um caráter eminentemente educativo. " A finalidade do ensino secundário é, de fato, muito mais ampla do que a que se costuma atribuir-lhe. Via de regra, o ensino secundário tem sido considerado entre nós como um simples instrumento de preparação dos candidatos ao ensino superior, . desprezando-se, assim, a sua função e minentemente educativa, que consiste, precisamente no desenvolvimento das faculdades de apreciação, de juízo e de critério, essenciais a todos os ramos da atividade humana, e, particularmente, no treino da inteligência / em colocar os problemas nos seus termos exatos e procurar as soluções adequadas".

Em outra passagem, insiste: " A sua finalidade/ exclusiva não há de ser a matrícula nos cursos superiores; o seu fim, pelo contrário, há de ser a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional, construindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamentos que o habilitem a viver por si mesmo e a tomar em qualquer situação decisões mais convenientes e seguras".

De maneira sintética e com grande propriedade o ministro expressou seus conceitos sobre as finalidades/ do curso secundário. Em seguida, aborda outras questões tais como: a educação funcional do homem, seus processos a escola, sua organização, o ensino, seus métodos de aprendizagem. Vejamos alguns desses pontos:

"A educação do homem não se fará jamais mediante o sistema de receptividade passiva pelo qual se vem degradando no ensino secundário a inteligência da juventude. A massa de conhecimentos, postos à disposição do aluno, já preparada, cozida e digerida, não contribuirá para o desenvolvimento das qualidades nobres de julgamento e do critério, qualidades ativas e dinâmicas, que lhe servirão na vida para identificar as novas situações em que se encontrar, modificá-las, utilizá-las e dar-lhes a solução apropriada. A qualidade da educação não se mede pelo volume das noções e dos conceitos; estes, pelo contrário, quando incutidos pelos processos usuais do ensino, constituem falsas aquisições pelas quais os seus possuidores, no sistema de trocas que funciona na vida real, não obterão valores autênticos e úteis. A verdadeira educação concentra o seu interêsse antes sobre os processos de aquisição do que sobre o

objeto que ãles tem em vista, e a sua preferênciã tende, não para a transmissã de soluções já feitas, **acabadas** e formuladas, mas para as direções do espírito, procurando crear, com os elementos constitutivos do problema ou da situação de fato, a oportunidade e o interêsse pe lo inquérito, a investigação e o trabalho pessoal em vista de solução própria e adequada, e, se possível, individual e nova".

O ensino secundário, como a "chave" da reforma / da educação em 1931, impõe que sejam remodelados **seus** programas e planos e dilatado o período em que têm de ser executados. Não quer isto dizer que o ensino secundário é o único problema que se apresente em relação ao ensino no Brasil. Não. Quer apenas dizer que uma reforma educacional e não somente limitada à instrução, deve começar pelo ensino secundário. Distingue-se nêle dois aspectos: instrução e educação. A primeira, dispensando conhecimentos e, a segunda, formando a personalidade e o discernimento. São estas as funções da escola.

Delineado o que é o ensino secundário no entender dos promotores da Reforma de 1931, convém saber de que maneira os mesmos pretenderam realizá-lo: como, onde e por quem.

Dois dispositivos legais nos fornecem os **dados** sobre os recursos idealizados para a transformação pretendida: o decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, que dispõe sobre a organização do ensino secundário e o decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932, que consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário.

Ora, tãda a nova conceituação expressa requer, inicialmente, maior período de duração dos estudos e 6

esta a primeira novidade da reforma. O curso secundário será feito em sete anos, ao invés de cinco ou seis, como até agora. Ele compreenderá dois cursos seriados: o fundamental, com duração de cinco anos, e o complementar, obrigatório para os candidatos à matrícula em determinados institutos de ensino superior (curso jurídico, de medicina, de engenharia, por exemplo), será feito em dois anos de estudo intensivo, com exercícios e trabalhos práticos individuais.

A criação do curso complementar, não é todavia, matéria nova nos anais da nossa instrução secundária. -- Sua idéia vem já de longe e encontrou forma precisa nos debates do antigo Conselho Nacional do Ensino. Em uma das reuniões desse Órgão, realizadas em 1928, a Comissão de Ensino Secundário deu parecer favorável a uma indicação sobre o assunto, firmada pelo prof. Francisco / de Avillar Figueira de Mello. Esta Comissão era composta pelos srs. Euclides Roxo (relator), Pedro do Couto e Bruno Lobo.

Dentro desta nova mentalidade, são modelados os planos de estudo. O aumento da duração do curso permite melhor ~~seriação~~ ^{seriação} das matérias, cujo crescimento se fará, assim, mais lentamente e, portanto, com maior proveito e segurança. Por outro lado, e graças ao aumento na duração do curso, foi possível dar a devida ~~importância~~ ^{importância} aos estudos das ciências físicas e naturais.

Na reorganização do ensino de 1931, é tratado /, com empenho, o problema da fiscalização dos estabelecimentos que pretendem a equiparação aos modelos oficiais. Para realizar esta tarefa, criam o serviço de inspeção /, subordinado ao Departamento Nacional de Ensino. "A ins-



pecção permanente, em cada distrito, será exercida pelos inspectores e caberá aos inspectores gerais a incumbência de percorrer os distritos não só para fiscalizar a marcha dos serviços, como para solucionar divergências suscitadas entre os inspectores e os dirigentes dos estabelecimentos de ensino".(8) Os inspectores serão nomeados por concurso e dentre estes, por acesso, os inspectores gerais. Para inscrever-se, deverá o candidato reunir os seguintes requisitos: a) ser brasileiro nato ou naturalizado; b) ser maior de 22 anos e menor de 35; c) apresentar atestado de idoneidade moral e de sanidade; d) - apresentar certificado de aprovação em todas as disciplinas do curso secundário.

A Reforma Campos, por outro lado, estabelece as condições para o reconhecimento dos estabelecimentos / não oficiais de ensino. À par de manter o inconveniente da cobrança de taxas exaustivas, para a fiscalização, / introduziu uma série de exigências inovadoras. Para o efeito de expedição de certificados de habilitação, válidos para os fins legais, aos alunos nêles regularmente matriculados, os estabelecimentos de ensino mantidos por Governo Estadual, Municipalidades, Associações ou particulares serão oficialmente reconhecidos quando / observadas as condições abaixo prescritas: "I. dispor de edifício, instalações e material didático de acôrdo com as normas estabelecidas pelo Departamento Nacional / do Ensino e aprovadas pelo Ministro da Educação e Saúde Pública; II. ter corpo docente inscrito no Registro de Professôres; III. manter na sua direção, em exercício /

(8) Decreto nº 19.890, de 18/4/1931. Arts. 51 a 61.

efetivo, pessoa de notória competência e irrepreensível conduta moral; IV. oferecer garantias financeiras bastantes para o funcionamento durante o período mínimo de dois anos; V. obedecer à organização didática e ao regime escolar estabelecidos neste decreto."(9) Na medida em que estas exigências forem satisfeitas, os estabelecimentos, para os efeitos da concessão da inspeção preliminar, serão classificados nas seguintes categorias: a) deficientes, b) sofríveis, c) regulares, d) bons, e) excelentes. Sob pretexto algum, será concedida inspeção / preliminar a qualquer estabelecimento classificado como deficiente. Quando satisfeitas, porém, as exigências mínimas, o estabelecimento ficará em regime de inspeção / preliminar pelo prazo não inferior a dois anos.

Bastaria a realização de uma das inovações introduzidas pela Reforma Francisco Campos para que a mesma superasse todas as legislações anteriores. "O decreto nº 19.890 imprimiu ao ensino secundário a melhor organização que já teve entre nós", afirma Fernando de Azevedo, "elevando-o de um simples curso de passagem ou de instrumento de acesso aos cursos superiores, a uma instituição de caráter eminentemente educativo".(10)

De fato, em nenhuma outra esfera, a capacidade / do legislador revolucionário produziu frutos mais numerosos e fartos. Basta acentuar o seguinte, para corroborar a afirmação anterior: o Ministério da Educação e Saúde Pública, criado em novembro de 1930 (decreto nº 19.402), já em abril de 1931 nos oferecia a reforma ana

(9) Decreto nº 21.241, de 4/4/1932. Art.50 e ss.

(10) F.de Azevedo: Cultura Brasileira. Vol.III.p.170.

lisada parcialmente aqui, consubstanciada no decreto nº 19.890. Este, todavia, até o fim do mesmo ano sofria, / através de Avisos e Instruções Ministeriais, inúmeras / alterações de cunho transitório, atinentes às necessida- des da fase de adaptação do velho ao novo regime por- ão instituído. Menos de doze meses ficou de pé, pois que a 4 de abril de 1932, tinha as suas disposições con- solidadas pelo decreto nº 21.241. Essa consolidação, po- rém, se fez de modo apenas nominal, porquanto o que se verificou, praticamente, foram inúmeras alterações radi- cais operadas no texto do primitivo trabalho. Em novem- bro do mesmo ano, surgia o decreto nº 22.106, que altera- rou, por sua vez, o decreto 21.241, criando exames espe- ciais aí não previstos e instituindo, mesmo, em caráter/ permanente, uma nova época de admissão aos estabeleci- mentos de ensino secundário. Poucos dias depois, era bai- xado o decreto nº 22.167, facultando a promoção por mé- dia naquele período letivo.

Em 1933, tivemos o Decreto nº 22.663, fazendo / concessões a estudantes menores, filhos de militares e funcionários públicos removidos, em objeto de serviço, de um Estado para outro, e com o qual se quebrou a rigi- dez do art.28, do decreto nº 21.241. Dias passados e no- vo decreto, o de número 22.685, vinha alterar profunda- mente os artigos 45 e 46, do precedentemente citado. Não tardou muito, e o decreto nº 22.784 modificava a tabela de taxas constantes do decreto nº 21.241. Seguiu-se a- ão o decreto nº 23.305, revigorando dispositivos der- rogados do decreto 22.106. Antes de encerrar-se o ano, o decreto 23.475 estabelecia modalidades para promoção/ e aprovação dos alunos matriculados nos cursos seriados;

e o Aviso nº 74 fazia, nesse mesmo sentido, novas concessões liberais, alterando transitòriamente o dispositivo na legislação vigente.

Em 1934, tivemos o decreto nº 23.741, que reva-
lidou o artigo 2º, do decreto 22.106; o decreto 24.303,
que concedeu favores especiais a estudantes menores, fi-
lhos de brasileiros em missão do Governo no Exterior; e
o decreto nº 24.439, que reformou administrativamente /
os órgãos incumbidos, no Ministério da Educação e Saúde
Pública, dos serviços de ensino. Logo em seguida, nôvo
decreto, o de nº 24.734, criava a Superintendência do
Ensino Secundário com a denominação de Inspetoria Geral
do Ensino Secundário e lhe dava regulamentação própria.

Já no período constitucional, a Lei publicada / com o nº 11, de 12 de dezembro, impunha ao regime insti- tuído pelo Decreto nº 21.241 a derivante da promoção e aprovação por média, com caráter permanente, e , várias após, ora, por sua vez, alterada na respectiva númera- ção, que saíra no Diário Oficial, pois deveria ser C-A, e não 11.

Tudo isso sem nos referirmos aos Avisos, às Portarias, às Instruções, aos Pareceres e despachos interpretativos e aos próprios dispositivos que foram postos em vigor.

Com esses dados, formamos uma idéia do esforço, da vigilância contínua, do verdadeiro malabarismo imposto aos que ~~tiveram~~ obrigação de entender e atender ao assunto.

A seguir, apresentamos informações numéricas sô
bre os Estabelecimentos de Ensino Secundário, sob regi-

me de reconhecimento oficial, distribuídos pelos Estados e Distrito Federal em dezembro de 1931, 1932, 1933, e 1934. Entre os 38 estabelecimentos que em 1931, no Estado de São Paulo, estavam sob regime de reconhecimento oficial, encontra-se o Ginásio São Joaquim de Rio Preto, que será focalizado em capítulo d'êste trabalho.(11)

Estados	Nº de Estabelecimentos sob regime de reconhecimento oficial			
	1931	1932	1933	1934
Amazonas	2	2	2	2
Pará	2	3	4	4
Maranhão	1	2	2	3
Piauí	1	3	3	3
Ceará	2	7	7	7
Rio G.do Norte	2	3	3	3
Paraíba	2	2	2	4
Pernambuco	5	9	10	21
Alagoas	1	2	2	2
Sergipe	1	2	3	3
Bahia	1	13	13	14
Espírito Santo	2	4	4	6
Rio de Janeiro	13	18	21	24
<u>São Paulo</u>	<u>38</u>	<u>74</u>	<u>87</u>	<u>110</u>
Paraná	2	7	9	9
Sta. Catarina	1	3	4	6
Rio G.do Sul	12	18	20	22
Minas Gerais	28	53	55	59
Mato Grosso	1	3	3	5
Goiás	1	2	3	3
Distrito Federal	19	46	48	60
TOTAL	137	276	305	379

(11) Fonte: José Augusto de Lima:-- O Ensino Secundário e sua Legislação. p.323.

As estatísticas de 1934 indicam as seguintes ci	
fras:	
nº de estabelecimentos reconhecidos	379
nº de alunos matriculados	65.768
alunos de sexo masculino	54.601
alunos de sexo feminino	11.187
no Est. de São Paulo (total de alunos)	18.691

A partir de 1930 o ensino secundário se expande.

Principalmente nas grandes áreas urbanas e graças à iniciativa particular, sobretudo por iniciativa de leigos, isto é, de professores civis. À medida que aumenta em número, tornam-se mais generalizadas e veementes as críticas formuladas contra a defeituosa organização e a expansão em ritmo ainda lento do ensino secundário. Vozes autorizadas proclamam-no decadente. Tudo isso constitui justificado motivo de alarme para todos os que se preocupam com a grandeza do País, cujos altos destinos se acham estreitamente vinculados à eficiência do grau de ensino em que se formam as classes dirigentes.

A crise estrutural da escola secundária brasileira, diante da realidade nacional que se transforma, principalmente com a industrialização do país, intensifica-se a cada ano que passa. O problema é sentido, argustiantemente, pelas famílias, pelos educadores e pelos agenciadores de mão-de-obra.

Acompanhando as transformações políticas do país, uma nova Lei Orgânica do Ensino Secundário é decretada em época de poder discricionário e exacerbado, nacionalismo autoritário. A escola age sobre a sociedade, mas simultaneamente e poderosamente, é influenciada pelas forças atuantes no meio em que se realiza.

ou más, as leis orgânicas do ensino secundário brasileiro, correspondem às exigências de períodos da história do nosso ensino.

Passamos em 1942 por uma substancial modificação no tocante à definição dos fins da educação de grau médio, firmada nos textos legais emanados do Governo Federal. Na Lei Orgânica do Ensino Secundário (12) são atribuídas três finalidades ao ensino secundário: "a) formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário a personalidade integral dos adolescentes, b) acentuar e elevar na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística, c) dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados, de formação especial".(13)

Rompidas as barreiras da legislação quanto à conceituação, sua organização em linhas gerais, o apresenta dividido em dois ciclos. O primeiro compreende um só curso, o ginasial, o segundo abrange dois cursos paralelos: o clássico e o científico. O curso ^{ginasial} ~~ginasial~~ terá duração de quatro anos, destinando-se a dar aos adolescentes os elementos fundamentais do ensino secundário, enquanto que os cursos clássico e científico, cada qual com a duração de três anos, terão por objetivo consolidar a educação ministrada no curso ginasial ^{assim} ~~assim~~ como desenvolvê-la e aprofundá-la. O curso clássico correrá para a formação intelectual, além de um ~~maior~~

(12) Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, publicado no D.O. de 10/4/42, retificado a 15, 20 e 24.

(13) Idem, art.1º.

conhecimento de filosofia, acentuado estudo das línguas antigas. O curso científico será marcado pelo estudo mais profundo de ciências.

"Haverá dois tipos de estabelecimentos de ensino secundário: ginásio e colégio. Ginásio será o estabelecimento de ensino secundário destinado a ministrar o curso de primeiro ciclo e Colégio será o estabelecimento de ensino secundário destinado a dar, além do curso próprio de Ginásio, um dos dois cursos de segundo ciclo, ou ambos". (14) Posteriormente, em 1945, novas determinações são feitas nêsse sentido e os estabelecimentos de ensino secundário ora existentes no país ficam, desde já considerados como Colégios, nos termos do art. 5º, § 2º da Lei Orgânica do Ensino Secundário que ora mantenham, sob inspecção do Govêrno Federal, o curso fundamental e o curso complementar, de acôrdo com o decreto/nº 21.241, de abril de 1932! (15)

No que tange à ligação do ensino secundário com as outras modalidades de ensino, o decreto nº 4.244, manifesta-se de forma clara: " O curso ginasial estará articulado com o ensino primário de tal modo que dêste para aquêlo o aluno transite em têrmos de metódica progressão. Estará o curso ginasial vinculado aos cursos de segundo ciclo dos ramos especiais do ensino de segundo grau, para a realização dos quais deverão constituir base preparatória suficiente. Aos alunos que concluirem quer o curso clássico quer o curso científico, mediante

(14) Decreto nº 4.244, de 9/4/1942. art. 5º, §§ 1º e 2º.

(15) Decreto nº 4.245, de 9/4/1945. Disposições transitórias para execução da Lei Orgânica do Ensino.

a prestação dos exames de licença, será assegurado o direito de ingresso em qualquer curso do ensino superior, ressalvadas, em cada caso, as exigências peculiares 'a matrícula".(16)

A nova Lei Orgânica prescreve recomendações especiais para o ensino feminino. Após considerar "preferível que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina, ^{determina que} nos estabelecimentos frequentados por homens e mulheres, será a educação destas ministradas, sempre que possível, em classes exclusivamente femininas".(17) Desta maneira, as jovens poderão participar das aulas em estabelecimentos mistos, porém, a partir da terceira e quarta séries, para elas se inclui a disciplina de economia doméstica e "toda orientação metodológica do programa terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher no lar".(18)

Em matéria de vida escolar e verificação do aproveitamento, foram, de fato, impressas novas feições. Os trabalhos escolares constarão de lições, exercícios/ e exames. Os exames serão de três ordens: de admissão, de suficiência e de licença. Nesses dois últimos tipos de exames estão as maiores modificações, tanto no seu significado como na forma de sua realização. "Os exames de suficiência terão por fim: a) habilitar o aluno de qualquer série para promoção a série imediata; b) habilitar o aluno da última série para prestação dos exames

(16) Decreto nº 4.244, art.º 9º.

(17) Idem, art. 25º.

(18) Idem, art. 55º.

de licença".(19) Os exames de licença, por sua vez, determinarão, em caso de aprovação, a conclusão dos cursos secundários, de primeiro e de segundo ciclos. Serão admitidos a prestar exames de licença os candidatos, para esse efeito, devidamente habilitados, isto é, aquêles / que satisfizerem às condições: a) nota global cinco, pelo menos, no conjunto das disciplinas; b) nota final quatro, pelo menos, em cada disciplina; c) não ~~houver~~ faltado a trinta por cento da totalidade das aulas dadas nas disciplinas e nas sessões de educação física.

"Os exames de licença serão de duas categorias: a) exame de licença ginasial, para a conclusão dos estudos de primeiro ciclo, e b) exames de licença clássica e científica, para a conclusão dos estudos, respectivamente, do curso clássico e do curso científico!" (20) Os exames de licença ginasial versarão ^{sobre} as seguintes ~~disci~~ ^{disci}plinas: português, latim, francês, inglês, matemática, / ciências naturais, história geral e do Brasil, geografia geral e do Brasil e desenho. Tais exames poderão ser / processados em qualquer estabelecimento de ensino secundário federal, equiparado ou reconhecido, perante banca examinadora especialmente designada. Os programas para os referidos exames serão expedidos pelo Ministério da Educação e abrangerão a matéria essencial de cada disciplina.

O candidato que ~~satisfizer~~ ^{satisfizer} às duas condições: -

a) obter, no conjunto das disciplinas, a nota geral cinco, pelo menos e b) obter, em cada disciplina, a no-

(19) Decreto nº 4.244, de 9/1/1942, art.47º.

(20) Idem, art. 55º e ss.

ta quatro, pelo menos".(21), será considerado habilitado para efeito de conclusão de qualquer dos cursos: ginasial, clássico ou científico. Aos aprovados conferir-se-á certificados de licença ginasial ou certificado de licença clássica ou de licença científica, conforme o caso. Dois anos mais tarde (22), os exames de ~~licença~~ foram abolidos.

Outro aspecto que fica expresso na legislação / de 1942 sobre o ensino secundário é a ~~atribuição~~ dos Estados em patrociná-lo: "o ensino secundário será ministrado pelos poderes públicos, e é livre à iniciativa particular".(23). Aos mesmos, dedica capítulos especiais, onde são tratados problemas referentes ao Ensino Oficial e ao Ensino Livre, formas de estabelecimentos - federais, equiparados ou reconhecidos-; as ~~maneiras~~ de exercer sobre eles inspeção... Parece que o ~~propósito~~ do Governo é o de manter, prestigiadas, as instituições mantidas pelos Municípios ou por pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, e que hajam sido autorizadas pelo Governo Federal, sem por isso, transferir-lhes atribuições que são primordialmente suas. Os estabelecimentos de ensino secundário equiparados são os mantidos pelos Estados e pelo Distrito Federal, com autorização do Governo Federal, enquanto que estabelecimentos de ensino secundário reconhecidos são os mantidos pela Municipalidade ou por particulares, também autorizados pelo

(21) Decreto nº 4.244, de 9/4/1942, art.64º.

(22) Decreto-lei nº 9.303, de 27 de maio de 1946.

(23) Decreto nº 4.244, de 9/4/1942, art.69º.

~~para~~ Governo Federal.

A Lei Orgânica de 1942, define a iniciativa particular, no caso do ensino secundário, como um serviço de caráter público e as pessoas que mantenham estabelecimentos desse gênero são consideradas como no desempenho de função de caráter público, cabendo-lhes, em matéria educativa, os deveres e responsabilidades inerentes ao serviço público.

Estávamos, em 1942, longe da possibilidade de um ensino inteiramente oficial. Os orçamentos do serviço público, na União, nos Estados e nos Municípios, não permitiam ainda a constituição de uma rede de escolas secundárias oficiais, bastantes às exigências da cultura popular do país. Forçoso era, pois, contar com a iniciativa privada, sob cuja responsabilidade se acha, nessa época, a maior parte das escolas brasileiras.

Para a equiparação ou para o reconhecimento exige-se prévia verificação do estabelecimento para constatação das condições de organização do mesmo, imprescindíveis a um regular e útil funcionamento. A deficiência da organização ou a quebra de regime dos estabelecimentos já equiparados ou reconhecidos determinam a sua suspensão ou cassação de vantagens. Para isso o Ministério da Educação exercerá inspeção nos referidos estabelecimentos, inspeção esta que ~~será feita~~ "não somente sob o ponto de vista administrativo, mas ainda com o caráter de orientação pedagógica". (24) Tudo isso visará assegurar a ordem e a eficiência escolares.

(24) Decreto nº 4.244, de 9 de abril de 1942, artigo 75, §1º.



Simultaneamente a todas essas determinações, a Reforma Capanema, decretada a 9 de abril de 1942, fixou de modo claro e seguro os princípios fundamentais que deviam orientar e reger a matéria do custo do ensino. / Como executar os preceitos contidos nos artigos 86 e 90? Há muito que os estabelecimentos de ensino, inspecionados pelo Governo Federal, pleiteiam a extinção das taxas de inspeção que sobre eles recaem. Embora justo, não pôde o pedido ser satisfeito até essa época, em virtude do elevado ônus que a concessão acarretaria para os cofres públicos. A situação financeira dos estabelecimentos de ensino secundário agrava-se, porém, em face das despesas decorrentes do pagamento de melhores e mais / justos salários aos professores. O ministro da Educação, em abril de 1945, afirma, a propósito da situação em que ficariam os estabelecimentos com as novas despesas impostas: "Aumentaram assim, consideravelmente, os encargos dos estabelecimentos particulares de ensino, ~~com~~ quais, dadas as restrições impostas pelo próprio Ministério da Educação e Saúde, não poderão buscar, na elevação das contribuições cobradas aos alunos, compensação adequada à majoração de suas despesas. Torna-se, assim, oportuno que, em auxílio desses mesmos estabelecimentos de ensino abolir as taxas de inspeção".

Uma série de medidas postas em prática e a execução de outras providências tem por objetivo propiciar ao ensino secundário, no que diz respeito ao seu aspecto financeiro, uma situação de segurança e estabilidade que se traduza, de um lado, pelo seu constante aumento e melhoria, e, de outro lado, pela sua acessibilidade a um número cada vez maior de estudantes. Entre outras me

didas, o decreto-lei nº7.637, de 12 de junho de 1945 declara extintas as taxas de inspeção que recaem sobre os estabelecimentos particulares de ensino superior, secundário e comercial. "Os estabelecimentos beneficiados reservarão anualmente, lugares gratuitos e de contribuição reduzida, perfazendo valor correspondente a cinco por cento do montante de sua arrecadação, a título de ensino. O favor será distribuído a adolescentes necessitados, por uma Comissão constituída pelo diretor do estabelecimento, por um membro do corpo docente e pelo inspetor federal, de conformidade com as instruções que baixar o ministro da Educação".(25)

Em 1949, o Brasil apresenta os seguintes dados estatísticos sobre o ensino de grau médio:(26):

Categoria do Ensino e Tipo de Estabelecimento	Número de Estabelecimentos	Número de Alunos
ENSINO GERAL		
Escolas Secundárias Gerais	1.766	360.271
ENSINO TÉCNICO		
Escolas Agrícolas	121	10.271
Escolas de Artes Industriais	2.076	98.381
Escolas de Comércio	872	87.709
Escola de Música e Belas Artes	1.045	27.840
ENSINO NORMAL		
Cursos Normais	708	35.647

(25) Decreto-lei nº 7.637, de 12 de junho de 1945. Art. 2º.

(26) Education dans le Monde, UNESCO. L'Enseignement du II^{ème} degré. Verbete: Brasil.

Diante do exposto, e à guisa de conclusão, fazemos nossas as palavras do Prof. Florestan Fernandes, / quando ~~disse~~ "Nada pode obscurecer ou diminuir o lado positivo das conquistas educacionais brasileiras. As mudanças chegam a parecer lentas aos olhos mais sôfregos; os seus resultados raramente justificam as esperanças / alimentadas e com freqüência ficam aquém do necessário / ou do possível. Algo é certo: elas se encadeiam ao longo de tentativas que possuem mais que a simples ~~contin~~ continuidade; possuem uma grandiosidade inegável, proveniente da teima do homem em adaptar uma civilização refinada a condições mais ou menos rústicas de existência. No processo histórico, portanto, essas mudanças identificam momentos de superação de estilos de vida variavelmente rústicos dos diferentes setores do povo brasileiro e o grau de sucesso nas inovações de base, que asseguram essa mesma superação. O último meio século, principalmente, deu alento a tendências que colocaram a educação brasileira sob a égide autêntica do padrão civilizatório a que ela se vincula: as oportunidades educacionais aumentaram com progressiva rapidez, enquanto começaram a ruir as barreiras que as convertiam em privilégios sociais no passado recente". (27)

(27) F. Fernandes: A Educação na Sociedade Brasileira. p5.



2. O ensino Comercial.

É muito recente entre nós o ensino comercial sistematizado. Sua origem e desenvolvimento estão condicionados ao desenvolvimento comercial e da tecnologia nêle empregada. Iniciado em fins do século passado, apresenta, em sua história, momentos de maior e menor desenvolvimento. Até os últimos tempos da primeira República, não teve, porém, organização geral. As regulamentações expedidas, omissas e raras, não buscavam estabelecer as linhas e os processos de um sistema dêsse ensino, mas se limitavam a dispor sôbre determinados estabelecimentos de ensino existentes.

O comércio brasileiro até o século passado, se realizava através de pequenas organizações locais, justamente por faltar-nos aquela base urbana, de vias de comunicações e de transportes e de grandes empreendimentos de produção. Uma vez que despontam centros urbanos maiores, onde organizações de grande porte começam a operar em larga escala, importando e exportando, começa a fazer-se sentir a necessidade de especialistas em contabilidade e legislação, e a exigir pessoal com maior cultura e alguma especialização técnica.

O crescimento demográfico do país, a urbanização, a criação de grandes mercados consumidores, o de-

envolvimento da produção em larga escala, a abertura de estradas e o nascimento da industrialização nos grandes centros, provocada pela primeira Grande Guerra, de 1914, contribuíram para acelerar o desenvolvimento comercial e a consequente necessidade de pessoal especializado e variadamente diversificado, para suas atividades.

Dai resultam novos empreendimentos de ensino comercial. Em 1902, foram fundadas duas escolas de comércio: a Academia de Comércio do Rio de Janeiro e a Escola Prática de Comércio de São Paulo. Antes, porém, já funcionava o Instituto Comercial, mantido pelo Distrito Federal, e a Academia de Comércio ^{de} Juiz de Fora, extintas em 1905.

O decreto nº 1.339, de 9 de janeiro de 1905 (28) declara "instituição pública a Academia de Comércio do Rio de Janeiro, reconhece os diplomas por ela conferidos, como de caráter oficial". A entidade funcionará no edifício da Escola Politécnica e será considerada como órgão do Governo em assuntos que interessarem ao comércio ^a e indústria. As disposições do decreto são extensivas à Escola Prática do Comércio de São Paulo.

Essas escolas manterão dois cursos: um geral, habilitando para o exercício das funções de guarda-livros, perito judicial e empregos de Fazenda; o outro, Superior, habilitando mais para os cargos de agentes consulares, funcionários do Ministério das Relações Exteriores, atuários de companhias de seguros e chefes de con

(28) Publicado no D.O., de 11 de janeiro de 1905.P225).



tabilidade de estabelecimentos bancários e grandes empresas comerciais.

O curso geral compreende o ensino das seguintes disciplinas: português, francês, inglês, aritmética, álgebra, geometria, geografia, história, ciências naturais inclusive o reconhecimento de drogas, tecidos e outras mercadorias, noções de direito civil e comercial, e legislação de Fazenda e aduaneira, prática jurídico-comercial, caligrafia, estenografia, desenho e escrituração mercantil.

O curso superior, do qual o anterior (geral) é preparatório, compreende o ensino de geografia comercial e estatística, história do Comércio e da Indústria, tecnologia industrial e mercantil, direito comercial e mercantil, economia política, ciências das finanças, contabilidade do Estado, direito internacional, diplomacia, alemão, italiano, espanhol, matemática superior, contabilidade mercantil comparada e banco modelo.

Recomenda-se que o ensino seja essencialmente /prático, em especial, no que se refere às matemáticas e às línguas. As primeiras, visando a aplicação ao comércio e as segundas, dando aos alunos elementos para falar e escrever corretamente em idiomas estrangeiros.

Os portadores de diplomas conferidos por essas duas escolas ficavam dispensados de provas e concursos de habilitação para as funções a que eles se referem. O total de alunos matriculados, nas duas entidades reconhecidas em 1905, é de 343.

Uma série de Academias de Ciências Comerciais, e congêneres, espalhadas pelo país, são equiparadas à Academia de Comércio do Rio de Janeiro e de São Paulo.



Deu-se início, assim, à formação de uma rede de estabelecimentos de ensino comercial no país - iniciativa privada, uma vez que as preocupações dos governos se centralizavam no ensino superior, primário, secundário/ e normal. Não se pode inferir, porém, do fato de não / ter organização que não houvesse ensino adequado às exigências da época. Havia certamente, o que não existia / era um plano geral de organização, que será paulatina--mente elaborado e reestruturado.

A título de incentivo, o governo limitou-se a institucionalizar o ensino comercial, reconhecendo os estudos realizados nas mencionadas academias, segundo o modelo fixado na lei que as reconheceu. Além de forne--cer o modelo a quem quisesse dedicar-se à formação do pessoal para as atividades de comércio, impôs-se a si próprio, instituir a fiscalização do mesmo, a cujos ônus ficarão sujeitas as instituições beneficiadas, estabele--cendo em regulamento as suas condições e importâncias / de quotas, a cujo recolhimento ficarão obrigadas.

O surto comercial e industrial da década de / 1920 a 1930, veio desenvolver o ensino comercial. Cria--das ao acaso e atendendo às necessidades sociais, a re--de de escolas apresentava, naturalmente, deficiências / próprias do empirismo. De aí o interesse do governo em discipliná-la e fiscalizá-la.

Em 1923, o Congresso Nacional toma a iniciativa de determinar que se institua a fiscalização dos estabe--lecimentos de ensino comercial e de recomendar a adoção de um padrão legal para os seus cursos.

A partir de 1926, o ensino comercial tem organi--zação uniforme ao se colocar em execução os preceitos /

contidos no decreto nº 17.329, de 26 de maio, aprovado/ pelo Presidente da República Arthur da Silva Bernardes.

O curso geral será de quatro anos, durante os quais será ministrado o ensino das seguintes matérias:--

a) propedêuticas: língua portuguesa, francesa e inglesa; elementos de ciências naturais (física, química e história natural); geografia física e política; história geral e do Brasil, instrução moral e cívica, caligrafia, desenho.

b) técnicas: geografia econômica, merceologia e tecnologia merceológica, matemáticas aplicadas (operações financeiras a curto e a longo prazo), noções de direito / constitucional, civil e comercial, contabilidade (integral), química aplicada, estenografia, mecanografia.

O curso **geral** será obrigatório a todos os estabelecimentos. Faculta-se às instituições a criação de um curso superior, que compreenderá o ensino de três / línguas: alemã, italiana e espanhola e das seguintes matérias: geografia comercial e estatística, história do comércio e da indústria, tecnologia comercial e marítima, economia política, geografia humana, psicologia aplicada ao comércio, ciências das finanças, contabilidade/ do Estado, direito internacional, diplomacia, história/ dos tratados e correspondência diplomática, matemáticas aplicadas (revisão e complementos), contabilidade mercantil comparada e banco modelo. As quatro séries do curso geral comportam sete cadeiras, além de aulas de caligrafia e datilografia na primeira série, aula de desenho geométrico e datilografia na segunda série, aula de mecanografia na terceira série e aulas práticas de

mapéis e sistema de fichas na quarta série.

As disciplinas do curso superior são distribuídas em cinco cadeiras. O ensino será principalmente prático e, quanto ao de línguas estrangeiras, dado no respectivo idioma, de modo que o aluno se habitue a falar e escrever com facilidade e correção em qualquer delas.

O período letivo será, no mínimo, de nove meses por ano e as aulas de cada matéria, em número nunca inferior a três aulas por semana, com duração de quarenta minutos.

Após a conclusão dos cursos regulares são conferidos diplomas de contador, após o curso geral e o de graduado em Ciências Econômico-Comerciais após o curso superior.

A idade mínima para o ingresso no curso geral é de 12 anos e de 16 para o superior, além da apresentação do atestado de saúde e vacina.

Os estabelecimentos oficialmente reconhecidos / podem manter sucursais ou filiais que poderão gozar de favores a estes concedidos, se preencherem todas as condições estabelecidas no Regulamento de 1926, como se / fossem estabelecimentos independentes. Para auxiliar a fiscalização dos estabelecimentos de ensino comercial, o Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio nomeará / fiscais em função rotativa.

O decreto nº 17.329, de 1926, favoreceu a expansão da rede de escolas de ensino comercial, registrando-se crescimento extraordinário em relação ao que existia anos antes. Contudo, o sistema não pode perdurar. Os currículos fixados não tinham atualidade, eram os mesmos que o decreto nº 1.339, de 9 de janeiro de 1905, estabe

lecora para a Academia de Comércio do Rio de Janeiro, /
com uma agravante: - o aumento de disciplinas. (29)

O Governo Provisório, em 1931, deu maior sistematização ao ensino comercial, com a organização do mesmo e com a regulamentação da profissão de contador. Os estabelecimentos de ensino técnico-comercial ^{foram} reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal. O Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931 (publicado a 9 de julho do mesmo ano), prescreve que o curso comercial constará de um curso propedêutico (30), de três anos, e dos seguintes cursos técnicos: de secretário, de um ano, de guarda-livros, de dois anos, de administrador-vendedor de dois anos, atuário, de três anos e de perito-contador, de três anos, e, ainda, de um curso superior de administração e finanças, de três anos e de um curso elementar, de auxiliar de comércio, de dois anos de duração.

Os estabelecimentos de ensino técnico-comercial poderão manter curso de admissão para a matrícula no curso propedêutico. O ano letivo terá início no dia 1º de março e terminará a 30 de novembro. Dentro desse período serão consideradas de férias escolares a segunda/quinzena de junho e a primeira de julho. A frequência das aulas é obrigatória, não podendo prestar exames, no fim do ano, o aluno que não atingir a dois terços da to

(29) Sobre o "Regulamento de Ensino de Ciências Econômicas e Comerciais", em 1905, 1923 e 1926, consultar Jorge Nagle, Educação e Sociedade no Brasil (1920-1929), - Vol. II. pp. 438/445.

(30) Curso estritamente propedêutico é o curso de formação geral.

talidade das aulas realizadas em cada disciplina.

Durante o ano letivo haverá arguições, trabalhos práticos e, ainda provas escritas parciais, no mínimo / trimestrais, com atribuição de notas que serão graduadas de 0 a 10.

Além dessas medidas, é criado o Conselho Consultivo do Ensino Comercial, que terá como presidente efetivo o Ministro da Educação e Saúde Pública, e como / vice-presidente, o superintendente do Ensino Comercial. O Conselho, constituído pelos fiscais gerais e por um representante de cada escola, que seja reconhecida, dará parecer sobre livros, prêmios a conceder, programas, e quaisquer outros assuntos relativos ao ensino comercial.

O que havia antes de 1937, a respeito, não passa de organização empírica e por isso mesmo destituída / de harmonia. Com o pensamento de dotar o comércio e a indústria dos elementos técnicos, que eles não podem dispensar, na época de vertiginosas renovações, que o país atravessa, elaboraram a Lei Orgânica do Ensino Comercial, completada, seguidamente de outros dispositivos legais / atinentes ao assunto. A alta administração do país não podia ficar e, realmente não ficou indiferente a essa necessidade.

A reforma decretada, Lei Orgânica do Ensino Comercial, Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, comunicou ao sistema existente o sentido das exigências modernas, discriminando várias modalidades de cursos / que pudessem atingir o desenvolvimento do comércio e dos negócios administrativos de ordem pública e privada do

país. Essa discriminação, possibilitando uma orientação profissional mais precisa, permitiu a constituição de currículos menos pesados e portanto, mais exequíveis. As escolas continuaram a multiplicar^{se}, seja porque o ensino se ia estruturando melhor, com as leis que o ampararam, seja porque as condições do país ampliavam cada vez mais as oportunidades de trabalho no comércio e na administração. Um segundo ponto importante fixado neste decreto, foi a obrigatoriedade do registro dos certificados de auxiliar de comércio e dos diplomas de perito-contador, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário, secretário e o de bacharel em Ciências Econômicas, expedidas pelos estabelecimentos dependentes da Superintendência do Ensino Comercial. Os que assim procedem terão direito de exercer a profissão em todo o território nacional.

Os guarda-livros práticos⁽³¹⁾, que já exerçam / ou tenham exercido a profissão, para gozarem dessas prerrogativas, deverão requerer ao Superintendente do Ensino Comercial, dentro do prazo de um ano, a contar da data da publicação do decreto, inscrição aos exames de habilitação.

Doze anos de experiência (1931-1943) aconselharam nova revisão da matéria, e em 1943 é aprovada a Lei Orgânica do Ensino Comercial que veio integrar, definitivamente, esse ensino no sistema escolar brasileiro, /

(31) As condições para o registro de contadores e guarda-livros estão estabelecidas no Decreto nº 21.033, de 8 de fevereiro de 1932.

colocando-o, pelo menos legalmente, no mesmo nível que o ensino secundário.

O ensino comercial é definido então como o ramo de ensino de grau médio destinado à preparação dos candidatos ao exercício de determinadas funções específicas do comércio e de funções administrativas gerais do serviço público e nas empresas particulares. Tal como o ensino industrial e o agrícola, é concebido como um ramo de ensino profissional do setor de ensino médio.

Até essa época, os cursos comerciais caracterizavam-se pela acentuada profissionalização. A Lei Orgânica mantém esse objetivo profissional, atenuado no primeiro ciclo, com a inclusão de disciplinas de cultura / geral. Em seu artigo primeiro estabelece as suas finalidades:

- Formar profissionais aptos ao exercício de atividades específicas no comércio e bem assim de funções auxiliares de caráter administrativo nos negócios públicos e privados.

- Dar a candidatos ao exercício das mais simples ou correntes atividades no comércio e na administração uma sumária preparação profissional.

- Aperfeiçoar os conhecimentos e capacidades técnicas de profissionais diplomados na forma desta lei.

O ensino comercial passa a ser ministrado em / dois ciclos. Dentro de cada ciclo, o ensino desdobrar-se-á em cursos de diferentes categorias: a) cursos de formação, b) curso de continuação. c) curso de aperfeiçoamento.

A Lei Orgânica divide o ensino comercial em dois ciclos, à semelhança do que já se faz com relação ao en

sino secundário e ao ensino industrial.

O curso propedêutico, de três anos de estudos, desaparece e em seu lugar, no primeiro ciclo, é instituído um só curso de formação, denominado curso comercial básico, desdobrado em quatro anos de estudos. O curso de auxiliar de comércio existente até então, de dois anos de estudos, com finalidade de preparar empregados do comércio e auxiliares de escritório, também não deverá subsistir, dada a deficiência de sua organização. Foi reduzido o número de estabelecimentos de ensino comercial do país, que o ministraram.

O curso comercial básico passa a constituir o curso único do primeiro ciclo do ensino comercial. Tem finalidade profissional e seu objetivo é formar auxiliares de escritório tanto para o serviço público como para a administração das atividades particulares. Possibilita o ingresso em qualquer dos cinco cursos comerciais técnicos de segundo ciclo: a) curso de comércio e propaganda, b) de administração, c) de contabilidade, e) de estatística, f) de secretariado. Cada um com duração de três anos, será acessível, também, aos que concluírem o curso ginásial do ensino secundário ou o curso normal de primeiro ciclo.

São instituídos dois tipos de estabelecimentos de ensino comercial: as escolas comerciais, destinadas a ministrar o curso comercial básico, e, as escolas técnicas de comércio, com o objetivo de dar um ou mais cursos comerciais técnicos. Estes poderão ministrar também o curso comercial básico. Os cursos de continuação e de aperfeiçoamento poderão ser ministrados em qualquer um dos dois tipos de estabelecimentos especificados.

Até 1942, entre o ensino médio acadêmico e o comercial, não há pontes ou articulações: são dois mundos que se orientam, cada um na sua direção. Ambos porém, em geral, ancorados na rotina. Por isso, consideramos outro ponto essencial da reforma de 1943:- a articulação justa, coerente e precisa que estabelece entre o ensino comercial e as demais modalidades do ensino que com ele se relacionam: a) O curso comercial básico estará articulado com os cursos comerciais técnicos de modo que os alunos possam progredir daquele a qualquer destes; b) O curso comercial básico estará articulado com o ensino / primário, e os cursos comerciais técnicos, com o ensino secundário e o normal de primeiro ciclo; c) Com o ensino superior, uma vez verificada a satisfação das condições de admissão determinadas pela legislação competente.

Da nova concepção do ensino comercial, da posição que lhe foi dada e da elevação do conteúdo educativo que lhes foi conferido, resultou a necessidade de serem os seus currículos constituídos não apenas de disciplinas técnicas, mas também de disciplinas de cultura geral que completem a formação intelectual da personalidade adolescente e de serem nêles obrigatórias as práticas educativas que concorram para a formação da personalidade física e moral dos alunos. A inclusão da disciplina de economia doméstica no ensino comercial feminino, de primeiro ciclo, é ainda uma resultante dessa orientação.

A reforma de 1943 procurou dar aos diferentes / pontos da organização e do regime do ensino comercial / uma ampla, metódica e discriminada definição. Os traba-

lhos escolares constarão de lições, exercícios e exames. Estes serão de duas modalidades: de admissão e de suficiência. O ano escolar, para o ensino nos cursos de formação, dividir-se-á em dois períodos: a) período letivo, de nove meses, com início a 15 de março até 15 de dezembro; b) período de férias, de três meses, descontando-se os dez últimos dias do mês de julho. O período semanal dos trabalhos escolares será de 18 a 21 horas.

O aluno do comercial básico deverá, pelo menos, ter 11 anos completos ou por completar, até o dia 30 de junho, ter recebido satisfatória educação primária, ter revelado, em exames de admissão, aptidão intelectual para os estudos a serem feitos e prova de não ser portador de moléstia contagiosa e de estar vacinado.

Para os cursos comerciais técnicos deverá ter concluído o curso comercial básico ou o curso de primeiro ciclo de ensino secundário ou de ensino normal.

Os exames de suficiência destinam-se à verificação periódica do aproveitamento dos alunos, seja para efeito de promoção de uma série para outra, seja para a conclusão do curso. Em cada disciplina eles abrangerão / uma primeira e uma segunda prova parcial, e uma prova final.

No tocante à organização escolar, o ensino comercial, legalmente, será ministrado pelos poderes públicos e é livre a iniciativa particular. São permitidos estabelecimentos mantidos e administrados sob a responsabilidade direta da União, bem como outras modalidades: os equiparados (mantidos pelos Estados ou pelo Distrito Federal) e os reconhecidos (mantidos pelos municípios /

ou por pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado) e, que hajam sido autorizados pelo Governo Federal. Aos estabelecimentos de ensino comercial cuja organização, sob todos os pontos de vista, possua as condições imprescindíveis a um funcionamento regular e útil, será concedido a equiparação ou o reconhecimento, mediante prévia verificação. O Ministério da Educação exercerá inspeção sobre os mesmos. Essa inspeção far-se-á sob o ponto de vista administrativo e sob a orientação e normas pedagógicas, quanto à construção do edifício e ao material escolar.

A 11 de maio de 1948, a Portaria nº289 veio dar nova regulamentação aos pedidos de concessão de inspeção preliminar de estabelecimentos de ensino comercial que pretendam funcionar em 1949. Entre outros documentos exigem, quando entidade privada, comprovante de sua capacidade financeira, em forma de balanço, devidamente visado por contabilista registrado. Tal documentação deve ser acompanhada de relações em que venham discriminar os bens, valores, direitos e obrigações que constituem o patrimônio da entidade.

O resultado dessas medidas não se fez esperar muito. Inúmeros são, no país, os institutos de ensino comercial e a sua frequência por alunos de ambos os sexos em quantidade mostra à evidência, a conveniência e a oportunidade das medidas oficiais.

E'acentuado o progresso que nesse período se verificou no ensino comercial do país. Poucos dados estatísticos bastarão para indicar o seu progresso quantitativo. Em 1905 eram 2 os estabelecimentos de ensino co-



mercial reconhecidos; esse número subiu a 83 no ano de 1931; a 304 em 1943. A matrícula em 1905 era apenas de 343 alunos; em 1931 cêrca de 12.500 alunos; em 1943 atingiu a cêrca de 70.000. A matrícula geral em 1944 acusou o total de 76.674 alunos, dos quais 19.961 do sexo/feminino.

Por outro lado, elevou-se de um modo geral a regularidade e a eficiência da organização e vida escolar. Esse processo qualitativo teve início com a regulamentação centralizadora de 1926, mas sobretudo se verificou a partir de 1931, em virtude do nôvo e minudente sistema legal e das providências executivas cada vez mais amplas e eficientes que vieram a ser tomadas pelo Ministério da Educação. Atualmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional veio consolidar a posição e as relações do Ensino Comercial no Sistema de Ensino Brasileiro.



IV. Rio Preto: Visão do Município em desenvolvimento.

IV. RIO PRETO: VISÃO DO MUNICÍPIO

EM DESENVOLVIMENTO.

1. Caracterização geográfica.
2. Caracterização geomorfológica.
3. Caracterização histórica.
4. Genealogia Municipal.
5. Caracterização demográfica.
6. Meios de transporte.
7. Caracterização de alguns setores econômicos.
8. Contribuição Municipal à manutenção e desenvolvimento do Ensino.

(1) Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, Vol. I, 1944, p. 356.

IV. Rio Prêto: Visão do Município em desenvolvimento.

Parece-nos indicado iniciar esta exposição pela caracterização a largos traços dos principais aspectos do município paulista, objeto d'êste estudo: RIO PRÊTO. / Não faria maior sentido, talvez sentido algum, uma análise do seu sistema educacional desligada da visão preliminar de fatores do contexto socio-cultural que maiores explicações projetam na temática do trabalho.

1. Caracterização geográfica.

A cidade de Rio Prêto está situada na Região / Norte-Occidental do Estado de São Paulo, e apresenta as seguintes coordenadas geográficas: Latitude Sul -20°48' 56'', Longitude a Oeste de Greenwich -49°23'10''. (1) A área compreendida entre essas duas constantes encontra-se situada entre as bacias dos rios Tietê e Grande. Sua Altitude, em relação ao nível do mar, é de 475ms. A Re

(1) Anuário Estatístico do Estado de São Paulo. Vol. I. 1944. p.356.



Carta de situação da Quadricula de São José do Rio Preto (SP)

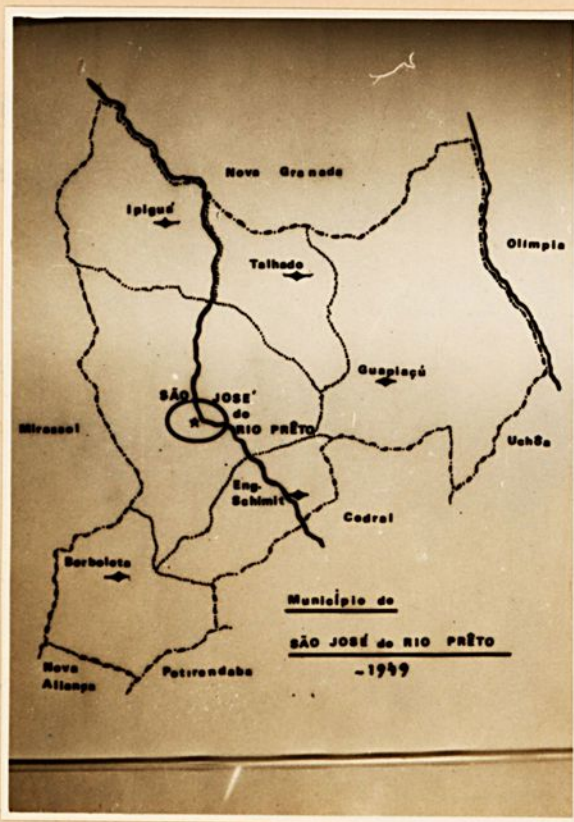
gião tem imenso potencial hidroelétrico devido, principalmente, às grandes quedas (algumas das quais ainda parcialmente exploradas) como as cachoeiras do Marimbondo, do Estreito, de Peixoto, e dos Índios, no rio Grande; A vanhandava e Itapura, no Tietê; e a magnífica do Trubupungá, no rio Paraná.

Rio Preto está localizada em um dos espigões / mestres do Planalto Ocidental, também chamado Médio Planalto, em cujo sentido se processou a penetração para o Oeste Paulista, fomentada pelo avanço das vias férreas e de rodagem. A sede municipal dista da Capital do Estado de São Paulo 146 kms. em linha reta. Seu clima é tropical de inverno seco, com as seguintes variações térmicas: mês mais quente, maior de 22°; mês mais frio, maior de 18°C. A precipitação pluvial varia entre 1200 a 1300 mm ao ano.

Os limites do Município de Rio Preto, fixados por lei em 1880, e ratificados em 1894, abrangiam uma área de aproximadamente 75 léguas de extensão e 45 léguas de largura. Suas divisas eram os rios Paraná, Turvo, Tietê, Grande e os municípios de Barretos, Bauru, Santana do Paranaíba (MT), Jaboticabal e Monte Alto. Com o processo de desmembramentos sucessivos, esta área durante o período de 1920 a 1935 englobava além de Rio Preto, Mirassol, Monte Aprazível, Tanabi, Nova Granada, Potirrendaba, Cedral, Uchoa, Ibirá e José Bonifácio. Por volta de 1940 a área da comarca era de 3.400km², composta de cinco municípios e dezoito distritos. Os desmembramentos, porém, continuam. (2)

(2) Sinopse Estatística do Est.S.P.1942, nº 4, p.9 e ss.





2. Caracterização geomorfológica.

Em seu conjunto, a geologia da Região é relativamente simples pois é quase inteiramente representada/pelo Grupo Baurú, e, como tal, uma sequência de camadas detríticas, em maior parte arenosa. "Seu relevo é uniforme e monótono, com extensos espigões de perfis convexos e cimos ondulados, com terminações laterais lobadas, configurando baixas e amplas colinas que avançam em direção aos vales dos principais rios que buscam o rio Paraná, separando seus afluentes... A geral convexidade das formas topográficas, só raramente interrompida pelo afloramento de camada mais resistente de arenito calcário, e os reduzidos ângulos dos perfis das vertentes, emprestam a esse relevo notável suavidade".(3)

Nos saltos e cachoeiras de seus rios, a disposição dos basaltos em sucessivos lençóis, o seu fraturamento horizontal, e as intercalações de arenito pouco espessas, respondem pelos sucessivos degraus que apresentam. Nos longos trechos de basalto, em que cresce a declividade da corrente, as águas tornam-se rápidas. Os trechos atravessados sobre o arenito Baurú são caracterizados, ao contrário, por cursos de águas calmas. (Vejam-se sobre o assunto as obras especializadas, indicadas na bibliografia deste trabalho.)

Estas afirmações proferidas por um conhecedor /

(3) Geologia do Estado de São Paulo. IGG. São Paulo. Boletim nº 41, 1964. pp 263 e ss.



do assunto justificam as de A.Tavares de Almeida, que em sua obra sôbre Rio Prêto: Oeste Paulista, a experiência etnográfica e cultural (4), descreve a paisagem da Zona com êsses dizeres: "Natureza sem relêvo. Não surpreende nem arranca exclamações. Cansa o viajante e desaponta o artista. Não mais a selva recorda o mistério primitivo da criação. A poesia da fase inauguratória desaparece nos aspectos que apenas falam das obras dos homens. É uma região sem beleza natural. Os campos são simètricamente iguais. As cidades teem, têdas, a mesma geometria de patrimônios riscados nos taboleiros ou a clives, pelas emprêsas loteadoras. Os mesmos jardins / com árvores horrendamente versalheanas. A mesma igreja, de mau gosto. As povoações não nasceram de um pouso, à beira da estrada, onde os homens se fossem agrupando. / Plantou-as a previdênte engenharia de um vendedor de terras. Tenha o nome indígena, sem significação ecolôgica, ou de um político que ninguém mais sabe que foi, de las tôdas se guarda uma só imagem sensorial".(5)

De modo geral, as características de relêvo extremamente suavizado e da sucessão de campos ondulados, muito favorecem às atividades agrícolas e ao traçado de comunicações. "Presta-se, para toda a espécie de cultura, notadamente a do café, pois, o solo é rico em humus, mantendo-se no decurso de muitos annos estavel / nos lugares em que se encontram, sendo difficil o desaparecimento dos mesmos pela erupção das águas; a " não

(4) A.Tavares de Almeida. Oeste Paulista, a experiência etnográfica e cultural. Alba Editôra. Rio. 1943.

(5) Idem, p.13.

ser que para isso se justifique o completo abandono do solo por parte dos lavradores, e, mesmo assim, será **difícil** a sua lavagem completa causada pelas chuvas", assegura Dr. Campoó, em seu Relatório (6).

Contudo, o Serviço Nacional de Pesquisas Agrônomicas em seu Boletim nº 12, de 1962, pp. 322-323, ao a bordar a Região de Rio Prêto manifesta-se: "Embora não apresentem grande susceptibilidade à erosão e impedimentos à mecanização da lavoura, perdem a sua fertilidade/natural com relativa facilidade quando cultivados em regime de agricultura rotineira."

3. Caracterização histórica.

Não vamos entrar aqui nos pormenores da instalação dos primeiros colonizadores da Região, nem tratar do papel representado pelos mesmos na fundação da futura cidade. Os historiadores que se têm ocupado do assunto divergem em suas conclusões, baseando-se em poucos documentos que permitem interpretações várias. Há no mínimo cinco versões sobre quem foi o desbravador **destes** sertões, por volta de 1850....

Minas Gerais, que fôra em grande parte, povoada por paulistas, enviou para a Região de Rio Prêto seus primeiros colonizadores. Por isso se diz que "Rio Prêto é um povoamento mineiro!" (7)

(6) Relatório. In Album Ilustrado da Comarca de Rio / Prêto. 1927-1929.

(7) A. Tavares de Almeida. Op.cit.p.17.

O período histórico compreendido entre a fundação de Rio Prêto^{e 1949,} pode ser dividido em fases distintas que convencionamos denominar da seguinte forma:

- Fase rústica, ou da tomada de poss da terra, de 1852 a 1879. As condições de vida, nesta época, são descritas de maneira curiosa pelo Visconde de Taunay em suas obras Viagens de Outr'ora e Visões do Sertão. (8)

- Fase heróica, de 1879 a 1894, compreendida entre o ano da criação do distrito de paz de Rio Prêto e sua elevação à freguesia pela Lei Imperial nº 4, de 21 de março de 1879 e a data da promulgação da lei nº 274, de 19 de julho de 1894, que cria o Município de São José do Rio Prêto, destacando seu território do Município de Jaboticabal.

- Fase de centralização da Região, em Rio Prêto, no sentido político, econômico, social. De 1912 a 1929. Em 1912, com a chegada dos trilhos da estrada de ferro araquarense, Rio Prêto se transforma no grande empório / comercial da Região. Há um surto de progresso geral. Os distritos começam a pleitear sua emancipação. A crise de 1929 vem abalar o ritmo de progresso da cidade e região, determinando o início de um novo período em sua história.

- Fase de transição. A partir de 1931, com a cassação da autonomia municipal, os atos legislativos passam a ser controlados pelo governo do Estado. A nomeação do Prefeito é da competência dos Poderes Estaduais. A autonomia é restaurada somente em 1936, mas no ano seguinte é novamente cassada, voltando ao regime discricionário,

(8) Vide Anexo N^o 1.



de nomeação de Prefeitos pelos Interventores estaduais e de tutela do Estado nos atos legislativos. Esta situação perdura até 1948 quando novamente é instalada a Câmara Municipal.

- Fase de expansão racional das atividades agrícolas e comerciais e início da industrialização. O processo de criação de novos municípios é reiniciado em 1944 restringindo a área da Comarca. A 1ª de janeiro de 1945, a cidade retoma seu nome primitivo -SÃO JOSÉ DO RIO PRETO- após a pretensão do Centro Geográfico do Rio de Janeiro atribuir-lhe o de Iboruna, pois, já havia em território nacional outra cidade, com o nome de Rio Preto.

As previsões feitas para a cidade em 1928 se realizaram, em parte, embora em ritmo menos acelerado / que o indicado pelo autor do artigo sobre o desenvolvimento da cidade contido no Álbum Ilustrado da Comarca: "O que nos é dado admittir pela effervescência de progresso que hoje domina todos os espíritos, é que, se a marcha triumphal da sua evolução não afrouxar a impetuosidade com que se conduz, teremos dentro de outros 16 / anos de atividade, a honra e o orgulho de ter edificado a maior, a mais bella e a mais rica cidade do Estado de São Paulo".

4. Genealogia Municipal.

O que apresentamos a seguir tem por finalidade/ estabelecer como que, a árvore genealógica da organização municipal de Rio Preto que, no quadro da genealogia paulista, consta como fundado em 1852. Com o passar do

tempo e em virtude do próprio desenvolvimento da região tornou-se, em 1894, o lugar de sede municipal desmembrando-se do município de Jaboticabal.(9)

As dificuldades de que se revestem tôdas as pesquisas arquivais em nosso país, são, muitas delas permanentes, apesar dos esforços em fazê-las desaparecer. E' que nossa documentação, maltratadíssima durante anos, apresenta a cada passo solução de continuidade que deixa no maior embaraço os estudiosos de hoje. Aventamos desde logo a possibilidade de correções e adições às informações aqui introduzidas.

O estudo da genealogia municipal de São José do Rio Preto leva o pesquisador a curiosas observações. Primeiramente, constatamos que quase tôdas as localidades/ e municípios de hoje tiveram, em épocas diversas, designações diferentes das de agora. No intuito de tornar ês se trabalho mais simples, nêlo consignamos apenas os topônimos atuais.(10) Por outro lado, o exame atento do quadro demonstrativo que traçamos, do desmembramento / dos municípios de São Paulo em direção ao de Rio Preto, evoca imediatamente ao observador as fases do desbravamento do território e seu consecutivo povoamento. No período de 318 anos, isto é, de 1532 a 1850, foram cria

(9) Quadro Demonstrativo do Desmembramento dos Municíl.
pios. Departamento de Estatística do Estado de São Pau
lo. 1954-1958. pp.192-194.

(10) Por exemplo: Cerradinho é a atual Catanduva; São Sebastião da Cachocira, Ibirá; Jatahy, Tanabi; São Sebastião da Fartura, Itapirema; São Jerônimo, Planalto; Miguel Calmon, Avanhandava;....

dos cinquenta e seis municípios, enquanto que nos 59 a nos seguintes, cento e dezesseis. A partir de 1909, os desmembramentos tornam-se mais frequentes sendo, nesta/ época, criados cento e setenta e dois que se subdividem/ mais tarde, dando lugar a duzentos e setenta em 1940 e a trezentos e sessenta e nove em 1950. (11)

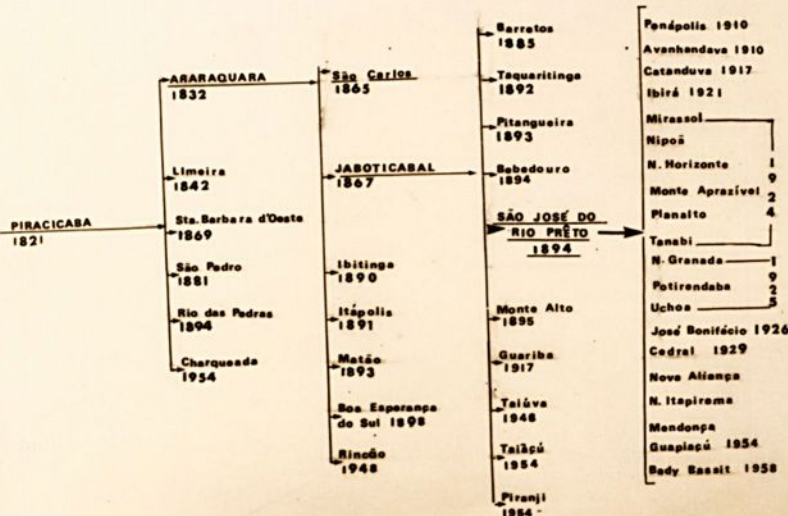
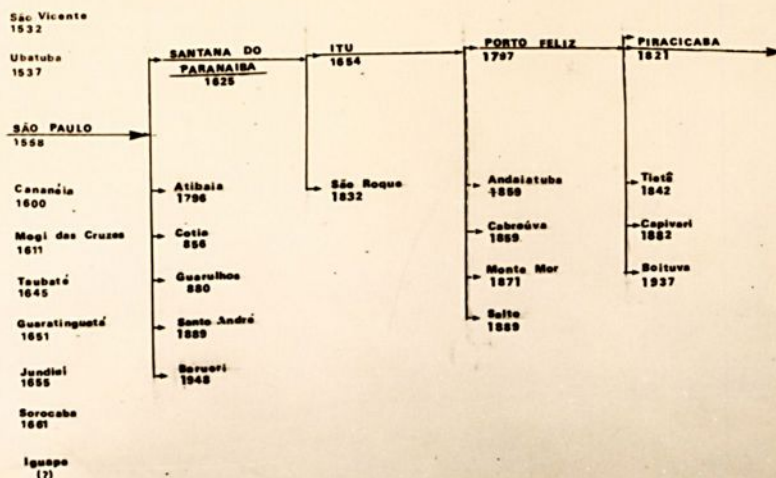
Os primeiros núcleos municipais são como que os troncos ancestrais de onde provêm as circunscrições de que se compõe o Estado de São Paulo hoje. A simples enumeração dos nomes dos municípios desmembrados oferece / ao leitor uma visão das condições das épocas em que os municípios do território paulista apresentavam dimen- sões dignas de monarquias européias. O território do mu- nicípio de Araraquara, por exemplo, desmembrado em 1832 do de Piracicaba, abrangia dezenas de milhares de quilô- metros quadrados, indo do extremo "farwest" paulista a té a barranca do rio Paraná. A partir de 1865, esse mes- mo território começa a ser desmembrado: São Carlos em 1865, Jaboticabal em 1867, Ibitinga em 1890, Itápolis / em 1891, Matão em 1893, Boa Esperança do Sul em 1898 e Rincão em 1948.

Do município de Jaboticabal, criado em 1867, por sua vez, destacam-se uma dezena de outros municípios / que a seguir foram divididos e subdivididos em muitos outros. Em 1885, emancipa-se do de Jaboticabal o municí

(11) Municípios existentes entre 1532 e 1950:

1532:	1	1909:	172
1651:	13	1930:	259
1767:	20	1940:	270
1850:	56	1950:	369.

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESMEMBRAMENTO DOS MUNICÍPIOS



pio de Barretos, em 1892 o de Taquaritinga, em 1893 o / de Pitangueiras, em 1894 os de Bobedouro e de SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, em 1895 o de Monte Alto. Depois, foram / criados os municípios de Guariba em 1917, o de Taiúva / em 1948 e os de Piranji e Taiuçú em 1954.

O município de Rio Preto foi criado pois, no pe-
ríodo republicano, pela lei nº294, de 19 de julho de / 1894 (12), quando então presidia o Estado o Sr. Bernardi-
no de Campos. Propugnaram em favor desta causa João Ber-
nardino de Seixas Ribeiro, os coronéis Manoel Vaz e Pe-
dro do Amaral Campos, bem como o então deputado Dr. Plí-
nio de Godoi Moreira e Costa.

As divisas fixadas para o distrito de paz, em
12 de janeiro de 1880, foram mantidas como divisas muni-
cipais e representavam um território imenso, limitado /
pelos rio Paraná, Grande, Tietê, e Turvo e pelos municí-
pios de Bauru, Barretos, Santana do Paranaíba e Jaboti-
cabal. Com uma superfície de 75 léguas de extensão por
45 de largura, a administração municipal não deixou de
ser uma tarefa de difícil desempenho. Sem dúvida, foi /
êsse um dos motivos determinantes, não só para o municí-

(12) Lei nº294, de 19 de julho de 1894 - Coleção de Leis
e Decretos do Estado de São Paulo. 1894."Art.1º: É cria-
do o município de São José do Rio Preto. Art.2º: As /
suas divisas ficarão sendo as do atual distrito de paz
do mesmo nome. Art.3º: A povoação de São José do Rio
Preto será a sede do novo município. Art.4º: A primeira
representação será a do mínimo estabelecido no parágra-
fo único do art.8º da lei nº16, de 13-11-1891. Art.5º :
Fica revogado o dispositivo em contrário".

pio em si como para a própria cidade de Rio Preto, do ritmo inicial lento e titubeante de seu desenvolvimento. Acrescente-se ainda a precariedade das vias de comunicação e de transporte, a inexperiência no campo prático / da administração, a dispersão de problemas de importância vital, e teremos uma visão de conjunto de uma realidade esmagadora, imposta a um município recém criado, a exigir esforço, tenacidade, persistência, colaboração, / unidade interna para ser compreendida e transposta. A princípio, o Município foi para a frente muito lentamente. Jaboticabal, de que fôra desmembrado, serviu-lhe de modelo para a estruturação de seus órgãos, como vemos / na lei municipal nº 1, de 1894, assinada pelo cidadão / Luiz Francisco da Silva, Intendente da Câmara Municipal, mediante a qual, "mantem em vigor neste município o Código de Posturas expedido pela Illma. Camara Municipal de Jaboticabal". E mais, "fica o senhor Intendente autorizado a baixar instrução regulando a execução desta lei e estabelecendo penalidade aos que faltarem ao seu cumprimento, não excedendo as multas de cinco mil réis diários".(13)

Realizadas as primeiras eleições, compareceram / 127 eleitores e a primeira Câmara Municipal é constituída por cinco vereadores, sendo seu primeiro presidente / o sr. Pedro do Amaral Campos. Ao primeiro Intendente, / Luiz Francisco da Silva sucedeu, a primeiro ^{de janeiro} de 1895, / Luiz Pinto de Moraes. Após a criação e instalação da Câ

(13) Livro de Leis e Decretos da Câmara da Prefeitura / Municipal de São José do Rio Preto. Lei Municipal nº 1, art. 1º e 4º. 1894.

mara (14) e a elevação da vila à categoria de Cidade, mediante solicitação local foi modificada a denominação de São José do Rio Preto para RIO PRETO, em 1906. (15)

A escassez de recursos, evidenciada nos balance tes mensais da época, deixa claro a dificuldade com que o município enfrentou as despesas. As cifras do primei ro orçamento municipal, dado a público a 5 de agosto de 1895, quando estava tudo no começo e a ser feito são ilustrativas: doze contos, quinhentos e cinquenta e cin co mil réis.

Dificuldades internas foram enfrentadas, pois, a administração municipal começa a sentir, a partir de 1901, o sabor das questões nascidas e fomentadas nos distritos que dela dependiam. Os descontentamentos con tra ela própria são manifestados e os contribuintes reclamam contra os impostos, lançamentos e cobranças de taxas.

Com a chegada da estrada de ferro em 1912, o de senvolvimento de Rio Preto toma novo impulso. O progres so da cidade, de certa forma, com o aumento da popula ção flutuante e a vinda de novos moradores, aliado à me lhoria considerável do transporte em geral, a facilida de de escoamento dos produtos e recebimento de mercado rias dos grandes centros acarretam o surto desenvolvi mentista, não só citadino, mas particularmente, no âmbi to rural, regional.

(14) Lei Estadual nº903, de 9 de junho de 1904. Justiça Art.1º: "Fica criada a Comarca de Rio Preto, comprehen dendo o município do mesmo nome".

(15) Lei nº1.021, de 1906.

As bases para uma futura e destacada posição no panorama econômico do Estado são lançadas. Escolhemos para ilustrar um trecho do Álbum da Comarca, editado em 1927-1929:- "Observando a evolução de Rio Preto sob os múltiplos aspectos da sua vida colectiva, verificamos que tal evolução se tem desdobrado tão homogênea e efficientemente em todos os sentidos, que já mal se pode distinguir em qual das classes sociaes haverá ^{maior} grau de perfectibilidade, quanto ao modo e à razão porque cada uma actua no desdobramento do nosso progresso. Racionalmente, comprênde-se que na centralização e distribuição de todas as energias novas, há como que um conjunto de moléculas ligadas a um organismo possante, onde cada uma, embora com funções distinctas, tem a sua acção irradiadora subordinada a um princípio de convergência, de onde resulta um mais alto aproveitamento de utilidade e consequentemente, um mais alto coeeficiente de perfeição cívica e moral. Não tem outra explicação esse anseio de grandeza e cultura mental tão característico e já encarnada no espirito da nossa gente. Todas as classes, com os respectivos elementos de que se compõem, estão primando de um modo surpreendente, para que a nossa civilização attinja um ponto culminante no seio dos povos cultos, e isto, é um índice insophismavel de que todos comprêendem o seu dever ante as formidáveis perspectivas da finalidade histórica de Rio Preto.

Com esta digressão, à laia de preâmbulo, pretendo evidenciar de que em Rio Preto nem só as classes conservadoras tem evoluído. As classes profissionais em suas múltiplas cathegorias, acompanham passo a passo a

marcha vertiginosa dessa evolução, e é precisamente por isso que deliberei propositadamente deixar para o fim, os despretenciosos conceitos que passo a emitir sobre a classe dos advogados...

Noutros tempos -- e aqui vac o motivo de meu arrazoado -- tal classe era composta, em sua maior parte, de rábulas, nescios e parlapatões, mais astutos que cultos, e mais velhacos que sinceros. Por muito tempo viveu a alma do Forum, embalada pelas mãos do diabo, cujas unhas crispadas se interraram nos bolsos da ignorância popular. Havia, naturalmente, algumas consciências puras, perfeitamente compatíveis com o decôro e a responsabilidade profissional. Estas, porém, eram poucas, e incapazes de conter a onda invasora do charlatanismo desenfreado que se precipitava sobre o povo e, eis por que a classe, nesse tempo, poderia servir de modelo a qualquer quadrilha de saltadores, menos a uma classe nobre e elevada, creada exclusivamente para approximar o homem da justiça.

Passou ha muito, essa phase, e hoje, decorridos os tempos e buriladas todas as imperfeições, vemos a mesma classe completamente transformada e honradamente integrada no verdadeiro papel da sua finalidade social. Tal transformação, affirma eloquentemente, que o nosso progresso evolucionista não se limita apenas ao aperfeiçoamento de uma, mas de todas as classes sociais, notadamente, a da advocacia, que conta hoje em seu seio não mais um exército de rábulas, mas sim um brilhante contingente de espíritos cultos e homens de valôr"....

De 1894, data da criação do Município, até 1910, a unidade territorial do mesmo se manteve. Daí para a

frente, porém há uma longa série de desmembramentos que se prolongam até nossos dias. Cronologicamente foram-se emancipando: Penápolis e Avanhadava em 1910; Catanduva em 1917; Ibirá em 1921; Mirassol, Nôvo Horizonte, Nipoã, Monte Aprazível, Planalto, Tanabi e José Bonifácio em 1924; Nova Granada, Potirendaba e Uchoa em 1925; Cedral em 1926. Durante o período sujeito às consequências do colapso financeiro de 1929 e as da Segunda Guerra Mundial poucas são as criações no Estado e a nova série de desmembramentos na região de Rio Prêto expressam a superação destas dificuldades. Assim, atingiram sua autonomia Nova Aliança, Nova Itapirema, e Mendonça em 1944, Guapiaçu em 1953 e Bady Bassit (ex-Borboleta) em 1958. (Vide: Quadro Demonstrativo do desmembramento dos Municípios de São Paulo.)

5. Caracterização demográfica.

Povoar é encher de habitantes e isso só pode ocorrer de duas maneiras: pelo nascimento de crianças no território, ou pela entrada no país de gente vinda de outras regiões. Esses dois fenômenos são os fatores positivos do povoamento. Os negativos, que diminuem a população, serão os inversos daqueles. A mortalidade, é medida pelo número de óbitos ocorridos, e a emigração pelo número de pessoas que se retiram para outras terras. Quando a soma dos fatores positivos supera a dos negativos, a população cresce. O território se povoa cada vez mais. Em caso contrário, ocorre o decréscimo da população e o conseqüente despovoamento do território.

Estes conceitos são elementares e estão na consciência de cada um. Trouxemo-los para aqui, entretanto, a fim de podermos fazer algumas observações que julgamos úteis. Estas visam a situar claramente o problema da imigração dentro do âmbito demográfico ~~demográfico~~ de que é parte integrante. Como qualquer fenômeno antropológico e social, o problema não é fixo nem rígido. / Evolui ao longo dos tempos. Esta evolução tem, por sua vez, uma série de causas, cuja análise transcenderia de muito os limites deste trabalho. De modo geral, porém, elas se prendem à organização social, política e econômica da época respectiva, de modo que podemos caracterizar nitidamente duas fases absolutamente distintas no fenômeno da imigração no Brasil.

A primeira inicia-se por volta de 1820 e termina, bruscamente, com o estalar da guerra de 1914, que marca o fim da era liberal ou, se o preferirem, o fim do século XIX. Estes limites fixam, efetivamente, um período característico na história do mundo, na qual se destaca como uma verdadeira unidade socio-cultural. É a era do predomínio da burguesia, do apogeu capitalista, da máquina a vapor, do imperialismo europeu. Durante êsse período, o fenômeno imigração caracterizou-se pelo que podemos denominar liberalismo migratório. Práticamente não havia restrições à liberdade de migrar. Não se exigia passaporte; não havia regulamentações restritivas nos países de imigração; os vários governos, em seu papel de meros gendarmes, não intervinham no fenômeno; o regime da livre concorrência imperava no ~~mercado~~ de trabalho e não havia, a bem dizer, legislação social. "Grosso modo", é a fase da imigração livre que se expan



diu de maneira notável, dirigindo-se para o Brasil, 3,4 milhões de pessoas.

O segundo período se inicia em 1914 e continua até os dias que correm. É caracterizado por uma redução apreciável no movimento migratório, muito embora, em relação ao Brasil, no sexênio 1924-1929 atinja, em média, 98 mil imigrantes anualmente. Nesta segunda fase, o caráter da imigração se modifica totalmente; além das restrições à liberdade de movimentos, os governos dos países emigrantistas se interessam pelos destinos de seus nacionais e começa a haver exigências governamentais, quer nos países de emigração quer nos de imigração. A ação conjugada de todas essas causas deram como resultado líquido a extraordinária redução da imigração para o nosso país. Em 1932, ainda recebemos pouco mais de 62 mil imigrantes, total já bem inferior à média dos seis anos anteriores; 46 mil em 1933 e 1934. Depois vem o decréscimo paulatino, embora com flutuações.

Evidentemente, a crise econômica de 1929 também influiu sobre o problema, mas analisando o fenômeno dentro da perspectiva histórica, o fato é que, ao invés dos caudais de imigrantes que para aqui se dirigiam há ~~trinta~~ anos atrás, a imigração brasileira de hoje é regulada a conta-gotas.

Para que ocorra imigração, certas condições são indispensáveis. Clark S. Knowlton, aponta as seguintes:- a) a liberdade pessoal de emigrar; b) saber da existência de outro local para o qual seja possível deslocar-se; c) que esse novo local apresente vantagens conhecidas ou supostas sobre o local em que está; d) que o indivíduo esteja descontente com a sua situação na vida e

deve-se mudá-la ou melhorá-la; e, finalmente, deve haver facilidades de transporte adequado. (17)

Apontaremos aqui algumas vantagens da imigração, de forma muito sucinta: a) o imigrante já está formado e o seu custo de formação onera o país de que saiu; b) pode imediatamente ser fonte de produção; c) sendo adulto, e portanto sexualmente maduro, utiliza logo sua capacidade procriadora, com evidente vantagem para o país; d) são portadores de conhecimentos, tendo assim, capacidade de ensinar aos nossos técnicos em geral mais adiantadas dos países de onde vieram; e) finalmente, desde que bem selecionados, são admiráveis elementos de cal de ame nto, de formação étnica e cultural das novas gera ções.

O processo de povoamento no Estado de São Paulo ocorreu e ocorre com irregularidade, como podemos cons tatar com os dados estatísticos apresentados no quadro seguinte, onde damos a posição dos efetivos humanos em diversas épocas e por zonas fisiográficas do Estado de São Paulo. (18)

(17) Clark S. Knowlton. Sírios e Libaneses no Brasil. In clui nu me ros os da dos es ta tís ticos sô bre a i m i g ra ç ã o " n o B r a s i l, t a b e l a s r e f e r e r e n t e s a d i s t r i b u i ç ã o t e r r i t o r i a l / dos i m i g r a n t e s p o l o s d i v e r s o s D i s t r i t o s A g r í c o l a s d o E s t a d o S ã o P a u l o. Pp. 17 e ss.

(18) São Paulo - População presente nas Zonas Fisiográficas. 1920-1950. In Estudos de Desenvolvimento R e g i o n a l -- CAPES - p.36.



SÃO PAULO - População presente nas Zonas Fisiográficas.

- 1920 1950 -

Zonas Fisiográficas	Nº de Municípios	População (1000 hab)			Variação %	
		1920	1940	1950	1920-40	40-50
Médio Paraíba	21	308	293	371	-15	27
Alto Paraíba	7	98	79	79	-19	---
Litoral de S. Sebastião	4	28	24	24	-14	---
Mantiqueira	2	15	21	27	40	29
Industrial	23	957	1862	3028	95	63
Litoral de Santos	6	114	201	274	76	36
Cristalina do Norte	22	426	384	379	-10	-1
Mogiana	8	114	118	125	4	6
Paranapiacaba	8	69	85	118	23	39
Franca	14	165	202	210	22	4
Litoral do Iguape	8	61	73	88	20	20
Piracicaba	34	436	487	529	12	9
Ribeirão Preto	17	279	266	270	-5	1
Barretos	7	86	145	171	69	18
Araraquara	17	321	329	301	2	-8
Campinas do Sudoeste	13	133	170	169	28	-1
<u>Rio Preto</u>	35	483	666	572	38	-14
Botucatu	7	135	154	144	14	-6
Alto Ribeira	3	27	25	27	-7	8
Marília	33	135	706	765	432	8
Sorocabana	24	158	317	321	101	1
Pioneira	23	42	462	681	1000	47
Sertão do Rio Paraná	23	---	111	461	---	315
TOTAL	369	4590	7180	9134	56	27

Os dados referentes à população de 1920 e 1940 são distribuições aproximadas por Zonas, segundo a área dos Municípios existentes nessas datas, esclarece o documento que nos serviu de fonte.

Nas cifras do Quadro anterior observamos **que** maiores incrementos populacionais ocorreram no intervalo de 1920 a 1940, nas Zonas: Pioneira, Marília, Sorocabana, Industrial, Litoral de Santos, Barroto, Mantiquera e Rio Prêto. Há decréscimo pronunciado de povoamento nas Zonas Fisiográficas do Alto Paraíba, Litoral de São Sebastião, Cristalina do Norte, Alto Ribeira, Ribeirão Prêto e Médio Paraíba.

No decênio de 1940-1950 constata-se que a principal direção do povoamento ocorreu em favor das Zonas: Industrial, Pioneira, Sertão do Rio Paraná, Litoral de Santos e que as Zonas de Piracicaba e Marília continuam a marcha do povoamento, embora em ritmo menos acelerado que no período anterior. Houve ainda, decréscimo em várias Zonas, notadamente em ~~Rio~~ Prêto, Araraquara e Botucatu. O exame do crescimento quantitativo de habitantes a partir dos recenseamentos não permite apontar os saltos, estagnações e recuos que ocorrem no processo demográfico de Rio Prêto, a prazo mais curto.

O processo de povoamento da Região de Rio Prêto ocorre tardiamente, ao contrário de outras regiões do Estado de São Paulo. O afluxo de colonos, iniciado em 1852 aproximadamente, torna-se intenso a partir do momento em que as vias de comunicação e transporte tornam mais fácil o acesso e o escoamento dos produtos. O aproveitamento da terra não dependeu de grandes e **difíceis**



trabalhos preliminares de desbravamento e de combate sem trégua contra o avanço da vegetação vegetal. Ao contrário, os descampados oferecem a vantagem do terreno limpo e já preparado para a instalação humana. Como afirma A.Tavares de Almeida: "O homem não chegou a esta terra pela fascinação aleatória das pepitas. Não ouviu o grito mágico dos garimpos. Não veio para a aventura, mas para fortuna certa e difícil que a terra dá aos que a trabalham. Não acampou. Fixou-se pelas raízes vegetais que semeou".(19)

Duas ordens de fatores respondem pelo forte incremento populacional de Rio Preto, no período de 1920 a 1940:- os saldos vegetativos da população própriamente riopretense, quer dizer, a diferença entre os nascimentos e óbitos; e os fatores de natureza econômica-particularmente o amplo mercado de trabalho existente na sede do município, que atuam para reter a população e ainda estimular e atrair uma ponderável corrente emigratória de outras áreas.

No tocante ao primeiro fator, A.Tavares de Almeida nos fornece dados preciosos,mas nos alerta, que: "pesquisar a população em suas origens à luz de números estatísticos para conhecimento de sua infra-estrutura / racial, é esforço quase inútil, em face da ausência de dados absolutos e trabalhos anteriores. Há mesmo falta de fontes de informação e de elementos para uma colheita honesta de material". (20) Os dados que o autor nos oferece foram obtidos junto ao Cartório de Paz do Dis-

(19) A.Tavares de Almeida. Op.cit.p.14.

(20) Idem, p.33.

trito de Rio Prêto, de 1890 a 1940, de cinco em **cinco** anos. Admitindo que o citado Cartório tem registros representativos da evolução da população riopretense, na quele período, e isso tudo nos leva a crer, damos a seguir os dados referentes ao registro de nascimentos de 1910 a 1940.

Registros de nascimentos ocorridos em Rio Prêto (SP)

Nacionalidade

dos pais 1910 1915 1920 1925 1930 1935 1940

Brasileira	280	383	452	629	654	750	1064
Espanhola	3	31	144	96	73	44	24
Italiana	14	72	149	80	53	16	16
Portuguêsa	---	24	74	59	38	24	17
Síria	9	19	13	17	22	15	21
Japonêsa	---	---	16	14	11	15	14
Turca	---	---	---	1	3	3	2
Diversas	1	1	4	2	5	---	1
Mista com Brasileira	13	50	139	193	213	166	146
Mista com Estrangeira	1	12	38	23	29	12	9
TOTAIS	321	592	1029	1114	1101	1045	1314

Da análise deste Quadro podemos fazer **algumas** considerações, como as que se seguem: a) É profunda a transformação operada na demografia riopretana (recém-nascidos) no período em estudo. b) A população de recém-nascidos de pais brasileiros, em 1920, atinge pouco mais de 40% do total de nascimentos do ano. c) Em 1940, os descendentes de pais brasileiros representam 80% dos nascimentos registrados no ano. d) No mesmo ano, ocorre

o inverso com o número de recém-nascidos, filhos de estrangeiros. A porcentagem destes é maior em 1920 e menor em 1940. e) Os descendentes de cruzamento misto com brasileiro aumenta sensivelmente nos anos 1925-1930. f) Os descendentes de italianos e de espanhóis atingem / maior índice em 1920, decaindo progressivamente no período seguinte até 1940.

Não poderemos calcular os saldos vegetativos da população riopretense, pois nos faltam dados sobre o número de óbitos registrados neste período.

Com relação ao segundo fator, - a imigração -, apontado como condicionante do forte incremento populacional de Rio Prêto, registramos aqui a composição de sua população segundo a naturalidade de seus membros, baseando-nos nos resultados do Censo de 1920.

População do Município de Rio Prêto

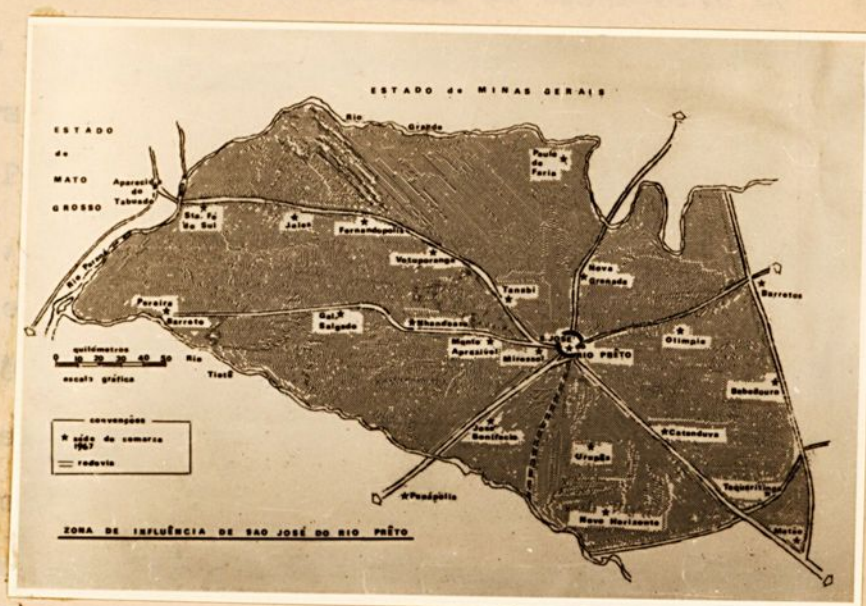
1920

Origem	Habitantes	%
Brasileira	104.337	82,28
Estrangeira	22.404	17,67
Ignorada	55	0,04
TOTAL	126.796	100,00

A população estrangeira, em 1920, está assim distribuída: espanhola 6,76%; italiana 6,52%; portuguesa 2,78%; turco-árabe 0,58%; japonesa 0,57%; argentina 0,13%; alemã 0,05%; diversas 0,29%; ignorada 0,04%.

5. Meios de transporte

A importância dos caminhos é considerável desde o início da colonização. Por São Paulo se faziam as portagens e a importação de produtos, mas não se tinham os alimentos consumidos no interior. Como parte do sistema de transporte, a estrada de São



a) Ferrovia

É necessário considerar a importância da ferrovia em São Paulo. A ferrovia de São Paulo a Rio de Janeiro, inaugurada em 1890, foi a primeira a ser construída no Brasil. Ela tinha uma extensão de 165 km, de São Paulo a Rio de Janeiro. O desenvolvimento da ferrovia foi muito importante para a economia do Estado.

6. Meios de transporte.

A importância dos caminhos é considerável desde o início da colonização. Por eles transitam não só a exportação e a importação do planalto, mas ainda os gêneros alimentares consumidos no litoral, todos eles produzidos no interior.

Como parte do sistema de transporte do **Estado** de São Paulo, Rio Prêto, apresenta condições materiais/ e operacionais bastante satisfatórias em relação ao resto do País. Os serviços oferecidos pelas ferrovias e rodovias, em conjunto, têm^{se} comportado como "pontos de escoamento" da economia riopretense. Evidentemente, há deficiências a assinalar, em dadas circunstâncias, nos volumes, tipos e normalidade dos serviços prestados, no decorrer dos anos. Um balanço geral e sincero, porém, nos dirá que os serviços de transportes completaram o panorma dos fatores favoráveis que interferiram, estimulando-o, no processo de desenvolvimento econômico riopretense.

a) Ferrovia.

É necessário assinalar o esforço da Estrada de Ferro Araraquara em atingir Rio Prêto em 1912 e, prosseguir a penetração em direção ao Pôrto do Taboado, numa extensão de 229 km, de Rio Prêto à barranca do Rio Paraná. O desenvolvimento da E.F.A. pode ser acompanhado pelo Quadro seguinte:

Cronologia do Prolongamento dos Trilhos da E.F.A. (21)

Localidade	Data da inauguração dos serviços ferroviários
RIO PRÊTO	09.06.1912
Mirassol	14.03.1933
Bálsamo	01.03.1941
Eng. Balduino	11.03.1942
Cosmorama	15.06.1943
Votuporanga	05.02.1945
Valentim Gentil	17.12.1949
Meridiano	17.12.1949
Fernandópolis	17.12.1949
Estrêla D'Oeste	01.05.1951
Jales	21.08.1951
Urânia	18.10.1952
Pimenta Bueno	18.10.1952
Três Fronteiras	18.10.1952
Santa Fé do Sul	18.10.1952
Rubinéia (Porto do Taboado)	18.10.1952

A estação de Rio Preto foi terminal da E.F.A. / durante 21 anos, de 1912 a 1933. O percurso de Rio Preto a Bálsamo foi completado somente em 1941, o que significa que a média anual de execução das obras foi de 5 kms anuais. De março de 1941 a fevereiro de 1945, os trilhos foram estendidos até Votuporanga, num percurso de 71 kms por ano. De dezembro de 1949 a outubro de 1952,

(21) H. Botura. O Futuro. p.24.



alcança Rubinéia, num percurso de 129 kms, avançando à razão de 43 kms por ano. Os trabalhos dos últimos meses (agosto de 1951 a outubro de 1952) superaram tôdas as médias anuais anteriores, pois neste espaço de tempo foram construídos 58 kms.

Com o intuito de operar em condições econômicas mais favoráveis para menores custos e maior eficiência/de operação, a Araraquarense realiza investimentos para a modernização de sua via permanente e equipamentos de tração. Visa com isso obter maiores velocidades e maiores pesos por trem, tornando o transporte mais econômico. Embora registre evolução apreciável, o transporte ferroviário não se coloca em posição de enfrentar a competição das rodovias e cede a estas, sobretudo, a carga de mercadorias que corresponde a fretes mais elevados.

A estrada de ferro ainda teve outro efeito considerável sobre Rio Preto. Facilitando as comunicações, tornando-as mais rápidas, elas atraíram para a cidade as camadas da população, os fazendeiros, grandes proprietários que antes habitavam ou as suas próprias fazendas, ou as cidades mais próximas a elas. Com a estrada de ferro, puderam estes fazendeiros, ao mesmo tempo que se mantinham em contacto direto com suas propriedades, aproveitar a vida confortável de um grande centro.

b) Transporte rodoviário.

O sistema rodoviário que serve Rio Preto se estruturou à medida que foi sentida a necessidade das interligações com outras zonas. Despontou e adquiriu direção "espontânea" para as cidades que economicamente es-



tavam vinculadas a São Bento de Araraquara e Jaboticabal. Surgiram também rodovias paralelas à linha ferroviária. Como explica Cassiano Ricardo em seu livro Marcha para o Oeste, "impossível também esquecer o papel do caminhão na nova marcha para o Oeste. Não cabe discutir se a preferência dos transportes todoviários é um "absurdo brasileiro". O que cabe é verificar a importância do caminhão na sua concorrência com as estradas de ferro ~~ex-~~ ~~as estradas de ferro~~ como algo da nova técnica bandeirante, mais ágil, mais democratizador de distâncias e caminhos, se assim se pode dizer.... Repugna à estrada/ de ferro ir a regiões despovoadas, pelo dispêndio ~~inú-~~ til que isso acarretaria... As rodovias são a solução pra tão grande problema; o caminhão irá aonde o trem de ferro não vai; é o pioneiro."(22)

Rio Prêto é ponto de convergência de rodovias / pertencentes à rede federal, estadual e municipal. O ^{da página 90-A.} ~~es~~ quema ~~abaixo~~ representa, em seus contornos gerais, as artérias principais do sistema de viação da região. Tal esquema explica suficientemente a importância de Rio Prêto.

c) Tráfego aéreo-comercial.

A ausência de dados estatísticos sobre o movimento do aeroporto de Rio Prêto no período de 1920-1949 impossibilita a apreciação dos índices relativos à densidade de tráfego, o seu movimento de carga e descarga, número de passageiros, etc.

(22) Cassiano Ricardo: Marcha para o Oeste.p.381.



"Em 1949, além de oito aparelhos particulares de turismo, há em Rio Prêto, seis de treinamento, uma em prêsa de taxi aéreo e duas linhas regulares de apare- lhos bi-motores: Real e Vasp, bom como um Aéreo Club de que já saíram mais de 200 pilotos civís. A distância da Capital do Estado, que noutros tempos era representada em dias, reduziu-se a duas horas e, em breve, será consé truido em nossa cidade um aeroporto seguro e conforta- vel para servir a região".(23)

7. Caracterização de alguns setores econômicos.

Sergio Milliet ao traçar o perfil da Zona Arara quarense em seu livro Roteiro do Café, dedica a Rio Prê to especial atenção e comenta: "Aí o fenômeno mais cu- rioso é sem dúvida alguma o de Rio Prêto. Toda a vasta região, circunvizinha, compreende em 1920, os municípios atuais de Cedral, Mirassol, Monte Aprazível, Tanabi, No va Granada, Potirendaba, Uchoa, José Bonifácio e Ibirá, não passa então de vasto sertão ínvio, produzindo nesta época apenas 99.680 arrôbas de café e com uma população global de 126.726 habitantes. Quinze anos mais tarde en contramos na mesma área 4.622.000 arrôbas ou seja cin- coenta vêzes mais e uma população de 316.235 habitantes, isto é, triplicada! Concomitantemente, são criados, por subdivisão da "celula mater", nove municípios. Mais adiante o Autor prossegue: ..." a imigração intensiva / do período que vai de 1896 a 1926 a beneficia largamen-

(23) B.T.França e K.Sakakibara: Três instantes... p.70



te . O elemento de origem estrangeira predomina na região de Rio Prêto, prova evidente desta asserção." (24).

As zonas novas, onde se processa mais intensa a procura de riqueza, com tôdas as suas conseqüências é que formam as denominadas "zonas pionciras". O que era ontem sertão bruto ou zona pouco habitada, é hoje uma intensa paisagem, trepidante, que caminha em várias direções, despertando as energias da terra para o rumor da civilização. Ao crescimento da produção do café, corresponde o aumento da população. Quando a produção decai, a população acompanha o fenômeno econômico, pois a massa populacional se desloca para as novas terras recém-abertas à cultura cafeeira.

Município de Rio Prêto (25)

Localidades	Produção		População	
	1920	1935	1920	1935
Rio Prêto	99.680	772.882	126.726	66.090
Cedral		128.739		11.806
Mirassol		800.770		55.676
Mte Aprazível		1.390.604		58.984
Tanabi		232.927		28.618
N.Granada		304.694		32.837
Potirendaba		274.911		13.204
Uchoa		281.398		15.179
J.Bonifácio		227.903		20.785
Ibirá		207.125		17.058
Total		4.822.053		316.235

(24 e 25) S.Milliet, Roteiro do Café. pp.58 e 60.



Não nos foi possível abordar outros aspectos do problema demográfico-econômico de Rio Prêto por falta de dados ou pela relativa confiança que podemos depositar nas unidades estabelecidas. Para que os dados estatísticos tenham significação em época posterior, é necessário que se refiram à mesma unidade territorial, porém, com os sucessivos desmembramentos da área primitiva de Rio Prêto, para formação de novos municípios, a comparação torna-se objeto de estudos históricos demorados e complexos. Por isso, problemas extremamente interessantes como os da mobilidade, da natalidade e mortalidade, poderiam ser estudados à luz da composição étnica da população, foram deliberadamente deixados para outra oportunidade.

Reforimo-nos acima à produção do café. Não seria correto, porém falar em monocultura do café pois numa fazenda de café cabem todas as culturas. O colono cuida de suas plantações e vive a custa delas. O café não devastou propriamente a paisagem, ao contrário "geometrizou" a paisagem, dando-lhe um sentido de disciplina, enriquecendo-a com o espetáculo das floradas. Mas, o café não permanece para sempre num mesmo lugar. Marcha sempre para Oeste. E, enquanto prossegue sua marcha sempre para oeste, para o norte do Paraná, em Rio Prêto se desenvolvem outros produtos. A Região produz em variedade e em quantidade. Não cuida apenas da lavoura, mas olha com interêsse cada vez maior para a pecuária. Em 1927, Rio Prêto produziu 528.000 sacas de arroz, 92.200 sacas de feijão e 375.000 arrôbas de gado. (26) Em 1938,

(26) Álbum Ilustrado da Comarca, 1927-1929. S/nº.



o distrito agrícola de Rio Prêto (27) comporta a seguinte população pecuária: "gado maior", bovinos 773.700 cabeças, equinos 74.000 cabeças, muares 48.000 cabeças; - "gado menor": suínos 553.000 cabeças, caprinos 17.000 / cabeças e lanígeros 8.000 cabeças.

Atualmente, o município de São José do Rio Prêto surge em novas bases econômicas, muito mais racionais. Grande número de fazendeiros, reconhecendo as vantagens de uma economia mista agropecuária, estão praticando simultaneamente as duas formas de atividade, tidas até há bem pouco tempo como antagônicas. Tem-se desenvolvido nas fazendas agrícolas a criação de gado, e, ao mesmo tempo, procede-se ao replantio de cafezais, mediante a adubação das terras esgotadas, de par com uma policultura de subsistência e com fins lucrativos. Esse rejuvenescimento em bases agrícola-pastoris, realiza-se em âmbito cada vez maior, garantindo à zona um futuro melhor e mais seguro. Na cidade, a industrialização, embora vagarosamente, iniciou o seu processo.

Não se pode, porém, afirmar que o aparelho de produção implantado em Rio Prêto tenha atingido níveis/satisfatórios de produtividade, por homem ocupado. Na realidade, na maioria dos setores econômicos esses níveis são ainda muito baixos.

(27) O distrito agrícola de Rio Prêto em 1938 comporta/ uma área de 32.498km², o que significa 13,14% do território do Estado de São Paulo. Abrange além de R.Prêto : Ariranha, Cajobi, Catanduva, Cedral, Ibirá, Itajobi, J. Bonifácio, Mirassol, Mte Aprazível, Mte Azul, Mundo Novo, Nova Granada, Nôvo Horizonte, Olímpia, Pindorama, Po

Outro aspecto muito ilustrativo a ser observado em Rio Prêto nos anos vinte, trinta e quarenta refere-se à divisão e especialização do trabalho de um lado, e à transformação da estrutura profissional de toda população, de outro.

O forte crescimento no volume de emprego e, paralelamente, a passagem gradual das atividades primárias (agricultura, criação de gado, caça e pesca) para as atividades secundárias (indústrias de transformação, construção civil e serviços) e terciárias (comércio, transportes, administração pública, forças armadas e atividades sociais em geral) tem sido uma constante do processo de desenvolvimento riopretense. A apresentação de dados comparativos entre os Censos é dificultada por que os mesmos adotam critérios diversos de levantamento. Contudo, observa-se que a ocupação nas atividades primárias no tocante ao total de mão-deobra reduziu-se enquanto se registra o incremento nas atividades secundárias e terciárias.

Poderíamos considerar também outros aspectos do problema, como o "habitat" demográfico, registrando a tendência crescente de urbanização e o início da industrialização.

A urbanização na sua dimensão mais profunda, que ultrapassa a dimensão ecológica estrita, é responsável/ pela "reorientação da ação dos contingentes populacio- nais, uma orientação que significa o fortalecimento do estilo de vida urbano, determinando-se a cidade enquan-

tirendaba, Santo Adélia, Tabapuã e Uchoa. Sinopse Estatística do Estado de São Paulo. nº 4. 1942.



to "locus" onde mais se efetiva êsse modo de vida, como grupo de referência positiva, tanto para seus moradores como principalmente, para habitantes de áreas não citadinas." (28)

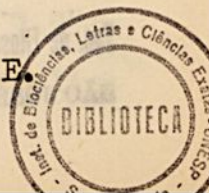
A industrialização pode representar, nesse caso, um instrumento sensível que influencia no chamamento e na absorção das migrações ou atuar como um elemento de resistência ao fluxo populacional de dentro para fora / do Estado, Município ou Cidade.

Embora os ritmos de crescimento demográfico não sejam muito pronunciados, ainda assim, Rio Prêto revela uma participação na estatística nacional que evolui / gradualmente. A cidade que possuía 50.635 habitantes / passa para 65.852, entre 1927 e 1950. Em 1927, tem uma população rural de 16.085 contra 34.550 da população urbana. Em 1950, há aumento na população rural que atinge a 26.246, enquanto que o crescimento da população urbana se faz em ritmo mais lento, de 34.550 passa para / 39.606. Em 1960 porém, ocorre o inverso. A população rural decai ao nível de 1927, isto é, conta com 16.118 contra 67.921 da zona urbana. O Quadro abaixo nos apresenta êsses dados.(29)

O efetivo humano na sede do Município de Rio Prêto manifesta uma cadência de crescimento constante.

(28) Luis Pereira: Trabalho e Desenvolvimento no Brasil p.113.

(29) Dados extra-oficiais da Agência local do IBGE.



206/84

População da cidade de Rio Prêto.			
Ano	Zona urbana	Zona rural	Total
1927	34.550	16.085	50.635
1950	39.606	26.246	65.852
1960	67.921	16.118	84.039

. Contribuição Municipal à manutenção e desenvolvimento do Ensino.

Qualquer que seja a sua tendência, é incontestável que o Estado Moderno traz consigo, como contingência inevitável, a idéia de uma vasta e crescente organização de serviços a serem prestados por agentes públicos. Seria impossível conceber hoje aquelas organizações administrativas vacilantes, de alguns tempos atrás.

O Município, como o consideramos neste trabalho, é uma instituição complexa, de natureza simultaneamente política, econômica, social e cultural. Suas atividades se processam no plano socio-cultural de todas as atividades humanas. A educação é uma delas. Para poder ser executada com a máxima eficiência precisa de planejamento racional. Por isso mesmo, os serviços de educação / constituem "sistemas" estruturados, segundo princípios / científicos, tanto do ponto de vista administrativo, / quanto do técnico.

A Constituição Brasileira de 1891 garante a autonomia municipal em tudo quanto respeite o seu peculiar

interêsse (art.68, da Constituição de 24 de fevereiro de 1934). Entretanto, a partir de 1934, nosso ordenamento político-jurídico mudou de rumo e passou a delimitar, no próprio texto da Constituição Federal, uma esfera de competência privativa dos Municípios (art.13, Constituição de 1934; arts. 26 e 28, da Constituição de 1937; arts.28 e 29, Constituição de 1946 e arts. 15 e 16, Constituição de 1967).

Nos limites que lhe foram traçados, pela Constituição Federal, a competência municipal não é, pois, susceptível de mutilação, nem por obra da lei federal, nem da estadual.

O problema da Educação, nos termos da Constituição de 1946, atribui ao poder municipal limites estreitos, para planejar a obra educativa no seu território, visto como deverá obedecer às normas federais das "diretrizes e bases" e às regras supletivas ou complementares da legislação estadual.(30) Prevalece, pois, a doutrina de que à União, como poder central, cabe a função de elaborar o plano geral de educação para todo o país. Nos Capítulos I e II, do Título VI - Da Família, da Educação e da Cultura -, acrescenta: art. 169. "Anualmente, a União aplicará nunca menos de dez por cento e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino."

No período que antecede a esta Constituição, não há limite máximo de contribuição da Prefeitura para o -

(30) Constituição de 1946, arts.5º, nº XV, letras b, c, d, e, f, h, j, l, e r.

ensino, havendo apenas o mínimo estabelecido de dez por cento das verbas arrecadadas.

"A excessiva absorção de serviços e de fontes / de receita pelos Estados durante a vigência da Constituição de 1891 e a de 1930, ambas em detrimento dos Municípios, fizeram com que ficassem reservadas aos govêrnos locais tão sômente fontes de receita que se caracterizam pelo seu débil crescimento, comparadas com as que foram destinadas à União, aos Estados e ao Distrito Federal". (31)

Històricamente, e na medida das suas fôrças, a Administração Municipal de Rio Prêto empenhou-se no desenvolvimento educacional da sede e região. Visava a assegurar melhores níveis de vida à população e fixar e atrair a população, bem como fomentar o desenvolvimento dos capitais que permitem empreendimentos privados e públicos de maior vulto. Embora sem planejamento amplo, e, sofrendo as inevitáveis descontinuidades administrativas, buscou a Administração Municipal de Rio Prêto alcançar e permitir que se alcançasse o desenvolvimento / cultural através das instituições escolares e educativas.

Para ilustrar o esforço realizado entre 1920 e 1949 apontaremos alguns dados referentes aos orçamentos municipais, receita e despesas, destacando entre estas, as destinadas à instrução. Antes porém, relacionamos os prefeitos municipais de Rio Prêto durante êsse período: Presciliano Pinto de Oliveira, 1920; Manoel Jorge de Me

(31) D.Guarani e Silva: Problemas Políticos. Rev.Brasi-



deiros e Silva 1921; Presciliano Pinto de Oliveira, 1922; Victor Brito Bastos, 1922-23; Dr. José Amancio de Faria/Motta, 1923-24; Victor Candido de Souza, 1924; Dr. Alceu de Assis, 1925-27; Victor Brito Bastos, 1927-29; Dr. Aureliano de Mendonça, 1930; Dr. João Augusto de Padua / Fleury, 1931; Eduardo Figueredo Nielsen, 1931-32; Tenente Zenzo Delmas, outubro de 1932; Raul Jansen Ferreira, novembro 1932; Gilberto Lopes da Silva, 1932-33; Dr. Sinésio de Mello e Oliveira, 1933-36; Victor Brito Bastos, 1936-38; Dr. Cenobelino de Barros Serra, 1928-41; Dr. / Hernani Pires Domingues, 1944-45; Dr. Mário Valadaão Furquim, 1945-47; João Batista França, 1947; Dr. Cenobelino de Barros Serra, 1948-1950; Dr. Bady Bassit, 1950.

Orçamentos da Prefeitura Municipal de Rio Preto

Exercício financeiro	Receita	Despesa		desp. Inst. s/tot %
		Total	Instrução	
1923	887.145\$	887.145\$	15.040\$	16,95
1925	1:176.650\$	1.176.650\$	12.240\$	10,40
1930	1:408.050\$	1:408.050\$	63.700\$	4,52
1935	1:400.000\$	1:400.000\$	72.240\$	5,45
1940	2:300.000\$	2:300.000\$	131.440\$	5,71
1942	2:370.000\$	2:083.558\$	168.240\$	8,07
1944	2:640.000\$	2:760.996\$	157.240\$	5,70
1946	3:250.000\$	3:270.790\$	318.800\$	9,75
1948	4:885.000\$	4:614.616\$	637.630\$	13,82
1949	7:415.000\$	7:068.912\$	875.000\$	12,38
1950	9:700.000\$	8:408.444\$	1:181.730\$	14,05

Fonte: Orçamentos Municipais. Livro de Leis e Decretos.

Ao Quadro que apresentamos devemos acrescentar / algumas explicações: a) Os dados anteriores a 1942 referem-se à receita geral e despesa geral, enquanto que a partir de 1942, referem-se à receita e despesa efetiva. b) As despesas com a Instrução englobam outros auxílios e subvenções do que aqueles destinados propriamente a escolas. Os dados aqui registrados anteriores a 1940 / correspondem ao total destinado ao item (IV) "Serviços públicos de interesse comum com o Estado", onde se insere a instrução pública. A partir de 1949 esta despesa é designada pela rubrica "Educação e Cultura".

Confrontando a receita arrecadada pelas principais cidades do interior paulista no período de 1943-47, ressaltada à primeira vista que a sua situação é sensivelmente melhorada com o passar dos anos. Em 1943, ocupa o 12º lugar enquanto que em 1947 alcança o 10º lugar, entre aproximadamente 300 cidades.

Constatamos, em nossas pesquisas, que grande / parte do montante do orçamento municipal destinado a instrução é aplicado na própria sede municipal. Isso é índice de que Rio Preto é também o centro cultural e educacional. Vejamos:

Prefeitura Municipal de R. Preto: despesas c/ Instrução

Exercício financeiro	Desp. Total	Desp. na Sede
1942	168.240\$	122.600\$
1944	157.240\$	134.800\$
1946	318.800\$	164.900\$
1948	637.630\$	397.140\$
1950	1.181.730\$	563.564\$

A título de exemplo, em 1942, os auxílios destinados a instituições de Educação foram distribuídos segundo os itens seguintes: I. Quota do exercício para amortização do pagamento do edifício do Ginásio do Estado: 90:000\$000. II. Bêlsa Escolar: 9.800\$000. III. Associação "Pais, Mestres e Amigos da Escola": 600\$000. IV. Biblioteca Infantil: 4.200\$000. V. Delegacia Regional do Ensino de Rio Prêto: 10.800\$000. VI. Associação de Escoteiros de Rio Prêto 3.600\$000 e VII. Conservatório Musical de Rio Prêto: 3.600\$000. Total:- 122.600\$000.

Com o decorrer do tempo, a Prefeitura preocupa-se em subvencionar, especialmente, o ensino primário, desaparecendo as ajudas tão comuns, em 1920-1939, ao ensino de grau médio.

Dentro dos limites assinalados e com as restrições impostas pela própria Constituição, a Administração Municipal de Rio Prêto, entre 1920-1949, tentou solucionar, ou pelo menos, contribuir para a solução dos seguintes problemas da Educação:

- organização e instalação de escolas primárias, nas zonas urbana e rural.
- organização e instalação de Escolas Normais, para o preparo adequado de professores, destinados às escolas primárias da zona.
- organização e instalação de escolas de grau médio ginásial e comercial.
- organização e instalação de bibliotecas públicas/ com seções especiais para crianças, adolescentes e adultos.
- Bêlsas de estudos, para alunos prosseguirem os estudos médio e superior.



- doação de terreno, construção de prédios escolares apropriados e dentro das condições higiênico-pedagógicas determinadas.

O Município prestou sua "cooperação financeira/ a entidades assistenciais e culturais, quer mediante a concessão de subvenção fixa anual, para realização de / seus objetivos normais, quer de subvenção extraordinária, para acorrer a serviços de natureza especial ou temporária, também executados pelas mesmas entidades". (32)

São consideradas "instituições assistenciais aquelas que se destinam a exercer o serviço social tais como as de: a) assistência sanitária, b) amparo à Maternidade, c) proteção à saúde da criança, d) assistência/ a quaisquer espécie de doentes, e) assistência aos necessitados, f) assistência à velhice e invalidez, g) amparo à infância e à juventude em estado de abandono moral, h) educação pre-primária, profissional, secundária e superior, i) educação e re-educação de adultos, j) educação de anormais, l) assistência aos escolares, m) amparo a toda sorte de trabalhadores, intelectuais e manuais, n) prestação de outras modalidades de serviço social". (33)

Por essas razões, evidencia-se a dificuldade / que encontramos para a coleta de informações sobre as

(32) Decreto-lei municipal Nº 97, de 19 de maio de 1944 Livro de Decretos da Prefeitura Municipal de Rio Preto.

(33) *Idem*, Parágrafo I, Artigo 1º- Das formas de subvenção. Livro de Leis e Decretos da Prefeitura Municipal / de Rio Preto. Vol.II.

despesas realizadas exclusivamente com a educação institucionalizada, sujeita pois a correções.

Com relação ao pagamento das subvenções, em se tratando de estabelecimento de ensino, será exigido que satisfaça às seguintes condições específicas: a) o curso deverá reunir no mínimo matrícula de 30 alunos e frequência média de 20 alunos; b) possuir corpo docente / idôneo, a juízo do Prefeito; c) lecionar seis alunos / gratuitos, pelo menos, indicados pelo Prefeito, dentro os filhos de família numerosa e sem recursos, que o requererem, sendo isento de selos e emolumentos esse requerimento dos pais ou responsáveis; d) ter sido inspecionado, ao menos uma vez, pelo Prefeito ou funcionário por este designado, obtendo parecer favorável, por escrito, ressalvada a hipótese de falta de fiscalização, sem culpa da instituição; e) ministrar, no mínimo, o ensino da língua materna, cálculo, história do Brasil, educação moral e cívica, salvo ^{em se} tratando de escola destinada a um ramo de arte ou ensino especializado; f) ser instalado em prédio que reúna um mínimo de conforto e higiene, julgados indispensáveis ao seu funcionamento / pelo Prefeito; g) dar 170 (cento e setenta) dias de aula por ano, ou, ao menos de 20 dias por mês, salvo os períodos de férias". (34)

No Índice Básico da Legislação de Ensino Municipal de Rio Preto, de 1920 a 1949, que anexamos a este / trabalho, (35) apresentamos as leis, decretos e resoluções municipais destinadas a auxiliar o ensino dos di-

(34) Decreto-lei nº 97, de 19 de maio de 1944. Art. 4º.

(35) Vide na segunda parte - ~~DOCUMENTOS~~ Índice Básico da Legislação de Ensino Municipal de R. Preto. 1920-1949

Sendo nossa intenção caracterizar ligeiramente/
o desenvolvimento de Rio Preto (Cidade e Região) em
alguns dos aspectos mais significativos para o nosso /
trabalho, dedicaremos nos capítulos seguintes exclusiva
atenção ao problema do Ensino de Grau Médio em Rio Prê-
to e o seu significado.



